

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE

MÓDULO 1 – CONCEITOS BÁSICOS, IMPORTÂNCIA E USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

01

1 - CONCEITO E ABRANGÊNCIA DA CONTABILIDADE

A Contabilidade tem sido definida de diferentes maneiras. Cada definição atende a propósitos diversos, conforme seja a intenção de abordar os assuntos contábeis. Sob a ótica da administração, a contabilidade é um importante instrumento que auxilia os administradores a tomar decisões. Na verdade, ela coleta dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a gestão empresarial.

O Professor Hilário Franco apresenta um conceito que permite uma compreensão mais abrangente do processo contábil:

“Contabilidade é a ciência que estuda e pratica, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial”.

O Conceito apresentado pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) atende aos dois aspectos mais relevantes que pretendemos destacar: a contabilidade deve ser entendida como um sistema de informação e tem como objeto o patrimônio da entidade, seja pessoa física ou jurídica. Vejamos então o conceito do IBRACON:

“A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários de demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.”

Os registros contábeis assumem papel determinante, uma vez que permitem evidenciar a situação econômico-patrimonial real da empresa, instruindo e orientando com segurança, por exemplo, em solicitação de financiamento para capital de giro ou inversões fixas. A análise de Balanços Patrimoniais sucessivos permite estabelecer os indicadores econômicos e financeiros, o comportamento dos negócios, a evolução patrimonial corporativa e ainda, se, historicamente, existem vetores que acenam para risco ou retorno das aplicações financeiras.

Logo, considerando estes aspectos, a Contabilidade é importante para:

- apuração do custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos;
- formação dos preços de venda;
- estabelecer necessidades de capital de giro;
- apuração de indicadores econômicos e financeiros;
- planejamento empresarial ou fiscal para a empresa;
- eficiência e segurança nas tomadas de decisão.

02

É importante destacar que a contabilidade tem como objeto o patrimônio da entidade. Define-se como objeto o seu campo de aplicação, que inclui os bens, direitos e obrigações que podem ser quantificados e registrados.

Os **bens** podem ser definidos como quaisquer coisas capazes de satisfazer as necessidades humanas e suscetíveis de avaliação econômica. Quando você entra em um supermercado, por exemplo, encontra inúmeros objetos, como balcões, prateleiras, registradoras, assim como uma infinidade de mercadorias para venda. Todos esses objetos são bens que o supermercado possui. Os **direitos** são bens que pertencem à empresa, mas estão sob a posse de terceiros. No sentido contábil, são os créditos a receber de terceiros, como por exemplo: contas a receber por vendas a prazo e dinheiro aplicado em instituições bancárias.

As **obrigações**, por outro lado, são dívidas ou compromissos para com terceiros, tais como: impostos a recolher, duplicatas a pagar, empréstimos bancários e faturas mensais de serviços contratados (energia elétrica, água e telefone).

O patrimônio abrange, portanto, tudo aquilo que a entidade tem (**bens e direitos**) e tudo que a entidade deve (**obrigações**).

Qualquer pessoa é titular de um patrimônio. Qualquer cidadão possui bens, direitos e obrigações; o que varia é o valor do patrimônio das pessoas. Ocorre da mesma forma com as empresas, ou seja, toda empresa tem um patrimônio, variando apenas o tamanho do mesmo, numa escala que pode ir do patrimônio da microempresa até o patrimônio de uma grande multinacional.

03

O campo de aplicação da Contabilidade abrange todas as entidades econômico-administrativas, até mesmo as pessoas de direito público, como a União, os Estados, os Municípios, as Autarquias etc.

Vejamos a seguir a representação gráfica do patrimônio:

BENS + DIREITOS	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS
Bens Dinheiro Mercadorias em Estoque Veículos Imóveis Máquinas Ferramentas Móveis e Utensílios Marcas e Patentes	Obrigações Empréstimos a Pagar Salários a Pagar Fornecedores (Duplicatas a Pagar) Financiamentos Impostos a Pagar Encargos Sociais a Pagar Aluguéis a Pagar Títulos a Pagar Promissórias a Pagar

Direitos Depósitos em Bancos Duplicatas a Receber Títulos a Receber Aluguéis a Receber Ações	Contas a Pagar
--	-----------------------

Observe, ainda, que o patrimônio é dinâmico. As mutações ocorrem sempre que a entidade efetua qualquer tipo de transação: pagamentos, recebimentos, compras, vendas, empréstimos, etc.

Visando o melhor gerenciamento do patrimônio, a contabilidade produz, periodicamente, um conjunto básico e padronizado de informações úteis que permite a compreensão de como as operações da entidade afetam o seu patrimônio. Em outras palavras, as transações de uma entidade devem ser classificadas de maneira a facilitar a avaliação do seu impacto no conjunto de bens, direitos e obrigações da empresa.

04

2 - OBJETIVO DA CONTABILIDADE

A função da Contabilidade é prover cada usuário de informação útil para a tomada de decisões econômicas.

Como um sistema de informações, a contabilidade registra e processa dados, produzindo relatórios e demonstrações contábeis que são colocados à disposição dos usuários internos e externos à entidade. É importante delinear o tipo e a qualidade da informação que a Contabilidade deve estar em condições de fornecer a vários grupos de pessoas interessadas, cujos interesses nem sempre são coincidentes, embora não se chegue ao exagero de afirmar que sejam conflitantes.

Para fornecer tais informações, a Contabilidade precisa registrar a movimentação do Patrimônio.

Registrar de que maneira?

Suponha que você seja o contador de uma empresa. Você vai iniciar a contabilização dessa empresa. E agora? Por onde começar?

Responderemos que o primeiro passo é a escrituração.

A **escrituração** é uma das técnicas da Contabilidade que consiste em registrar, nos livros próprios, os fatos que provocam modificações no Patrimônio da empresa.

A escrituração começa pelo livro **Diário**, no qual todos os registros são efetuados mediante documentos que comprovem a ocorrência do fato. Os documentos mais comuns são: Notas Fiscais, Recibos de Aluguéis, Contas de Água, Contas de Luz e Duplicatas.

Veja um exemplo: foi realizada a venda de um computador. Para comprovar essa venda foi extraída uma Nota Fiscal. Utilizando essa Nota Fiscal, o contador providenciará o registro do fato (venda do computador) no livro Diário. Inicia-se aí o processo da contabilização.

Os registros são realizados por meio de **contas contábeis**, que indicam a natureza de determinado grupo de bens, direitos ou obrigações. A escolha das contas a serem utilizadas nas operações deve ser precedida pela planificação da contabilidade. Posteriormente veremos um modelo de Plano de Contas com as respectivas funções de cada conta.

05

3 - USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

A Contabilidade é um dos conhecimentos mais antigos e não surgiu em função de qualquer tipo de legislação fiscal ou societária, nem embasada em princípios filosóficos, ou em regras estipuladas por terceiros, mas pela necessidade prática do próprio gestor do patrimônio, normalmente seu proprietário, preocupado em elaborar um instrumento que lhe permitisse, entre outros benefícios, conhecer, controlar, medir resultados, obter informações sobre produtos mais rentáveis, fixar preços e analisar a evolução de seu patrimônio. Esse gestor passou a criar rudimentos de escrituração que atendessem a tais necessidades.

Com a formação de grandes empresas, a Contabilidade passou a interessar a grupos cada vez maiores de indivíduos: acionistas, financiadores, banqueiros, fornecedores, órgãos públicos, empregados, além da sociedade em geral, pois a vitalidade das empresas tornou-se assunto de relevante interesse social.

Assim, pode-se dizer que a Contabilidade surgiu ou foi criada em função de sua característica utilitária, de sua capacidade de responder a dúvidas e de atender as necessidades de seus usuários. Conjunto este de características que não só foi eficiente para o surgimento da Contabilidade como também para sua própria evolução.

Vejamos a seguir os diferentes interesses dos usuários das informações contábeis.

06

Administradores e outros responsáveis por decisões. Os responsáveis pela condução dos negócios de uma entidade são os usuários mais interessados na informação contábil. O interesse nos dados contábeis destas pessoas atinge um grau de profundidade e análise, bem como de frequência, muito maior do que para os demais grupos de usuários. Para agir no futuro não é suficiente saber o que ocorreu no passado, mas é necessário saber o que está acontecendo no presente. Por isso, os relatórios destinados aos tomadores de decisão não se limitam ao Balanço Patrimonial e à Demonstração de Resultados, mas um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos da gestão financeira e econômica das empresas. As informações devem atender às necessidades desses usuários apresentando respostas para questões como:

- O lucro diminuiu devido à redução real nas vendas?
- Os custos se elevaram?

- Quais produtos são mais lucrativos?

Entre as vantagens que as informações contábeis oferecem, a principal é a de auxiliá-los no processo decisório. Nesse contexto, a contabilidade pode favorecer a redução das incertezas existentes. Pode também ajudar a verificar se as decisões tomadas no passado estavam corretas, promovendo o aprendizado por meio do exame dos erros cometidos.

Sócios e acionistas. São interessados principalmente na rentabilidade e segurança de seus investimentos e muitas vezes se mantêm afastados da direção da empresa. Por isso, precisam de informações resumidas que respondam às suas perguntas, tais como: a empresa está proporcionando resultados satisfatórios ou está apresentando prejuízo? Oferece perspectivas de rentabilidade e segurança para seus investimentos? Existe alguma alternativa mais adequada? Qual a taxa de lucratividade proporcionada? Normalmente, os relatórios contábeis básicos e os esclarecimentos prestados pela Administração por ocasião das Assembleias são suficientes para responder a tais perguntas.

07

Fornecedores e emprestadores de dinheiro. Eles têm como principal objetivo o retorno dos recursos investidos. Para eles, é importante saber se a empresa tem condições de pagar o empréstimo contratado ou a mercadoria entregue. Assim, as informações que necessitam são ligadas à rentabilidade e garantia de retorno dos recursos investidos.

Governo. O financiamento da atividade governamental necessita de recursos que, em grande parte, vêm da atividade empresarial sob a forma de tributos. Portanto, o governo quer saber quanto de impostos foi gerado para os cofres públicos. Dentre outras questões, o governo procura identificar se não estão ocorrendo fraudes gerenciais e/ou irregularidades contábeis. No Brasil, o fisco tornou-se um dos maiores usuários da contabilidade, sendo que tem exigido que as entidades mantenham uma escrituração contábil mínima.

Empregados da empresa. Eles têm interesse por ser a empresa a fonte de recursos que assegura seus salários e participações nos lucros. Quando a empresa estiver passando por dificuldades financeiras é importante saber se há perspectivas de recuperação; o desconhecimento da realidade financeira e das perspectivas da entidade pode fazer com que o empregado não se prepare para enfrentar uma possível falência da empresa. Por outro lado, quando ela vai bem, é bom o empregado saber se a empresa está cumprindo os acordos de participação nos lucros.

Conclusões. Cada usuário possui seus interesses e espera que as informações contábeis o auxilie na realização de seus propósitos. Entretanto, as informações fazem mais que simplesmente comunicar. O tipo de informação comunicada provoca ações que determinam o desempenho da empresa.

08

Resumo

A Contabilidade pode ser entendida como uma ciência que permite, por meio de suas técnicas, manter um controle permanente do patrimônio das entidades.

Entidade é qualquer pessoa detentora de um patrimônio. A Contabilidade estuda aspectos relativos à composição e às variações de um patrimônio, que é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade.

Sob o ponto de vista contábil, pode-se definir como **Bem** tudo aquilo que uma empresa possui, seja para uso, troca ou consumo. **Direitos** para a empresa são todos os valores que ela tem **a receber** de terceiros (terceiros, no caso, são os clientes da empresa). Constituem **Obrigações** para a empresa todos os valores que ela tiver **a pagar** para terceiros (terceiros, neste caso, são os fornecedores e demais entidades que oferecem recursos para a empresa).

A Contabilidade procura fornecer o máximo de informações úteis para a tomada de decisões e para o controle do patrimônio de uma entidade. Ela apresenta a realidade econômica e financeira da empresa aos interessados por essa informação.

Usuário é toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade. Alguns dos principais usuários das informações contábeis são: administradores e outros responsáveis por decisões, sócios e acionistas, fornecedores e emprestadores de dinheiro, governo e empregados da empresa. Cada usuário possui seus interesses e espera que as informações contábeis o auxiliem na realização de seus propósitos.

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE

MÓDULO 2 – PRÍNCÍPIOS E NORMAS CONTÁBEIS

09

1 - O QUE SÃO PRÍNCÍPIOS E NORMAS CONTÁBEIS?

Os Princípios e Normas objetivam o tratamento contábil uniforme dos atos e fatos administrativos e das demonstrações contábeis decorrentes dos registros nas operações da empresa.

O Conselho Federal de Contabilidade, emitindo a Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, dispôs no § 1º do art. 1º que: "A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)".



Na linguagem coloquial, utiliza-se a palavra princípios com o significado de origem, começo. Na Contabilidade, consideram-se como Princípios os conceitos e postulados gerais emanados da doutrina contábil.

O Conselho Federal de Contabilidade estabelece, no art. 2º da Resolução nº 750/93: "Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade consoante o entendimento predominante no universo científico e profissional de nosso País".

Os Princípios Contábeis surgiram em decorrência das respostas que os contadores foram desenvolvendo, ao longo dos tempos, para problemas e desafios surgidos na prática. Eles são institutos imprescindíveis à uniformização dos procedimentos metodológicos. Se não existissem, cada entidade poderia praticar forma própria de registrar os fatos contábeis, tornando impossível a correta mensuração da riqueza patrimonial, necessária ao resguardo dos interesses da coletividade, dos particulares e dos próprios sócios e acionistas, sobretudo os minoritários.



Um princípio para se tornar geralmente aceito deve ser reconhecido pelo consenso profissional como útil e praticável. A utilidade é verificada pela relevância da premissa para a prática contábil. A prática não deve ser confundida com dificuldade. Ela deve ser analisada mais em termos da relação custo-benefício. Se a aplicação do princípio é difícil, mas relevante, não deve ser descartada como impraticável.

11

A Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, dispõe sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Em seu art. 1º diz que as NBC estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização de trabalhos contábeis, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

2 - PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Os princípios somente são incorporados à doutrina contábil se forem considerados praticáveis e objetivos pelos profissionais de contabilidade e, principalmente, considerados úteis.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) procurou disciplinar o uso dos Princípios Contábeis por meio da Resolução 750/93, estabelecendo os sete Princípios Fundamentais de Contabilidade, a serem observados no exercício da profissão contábil:

- Princípio da Entidade;**
- Princípio da Continuidade;**
- Princípio da Oportunidade;**
- Princípio do Registro pelo Valor Original;**
- Princípio da Atualização Monetária;**
- Princípio da Competência dos Exercícios.**
- Princípio da Prudência.**

12

• Princípio da Entidade (ENTITY)

Vimos, anteriormente, que uma entidade é qualquer pessoa (física ou jurídica) detentora de um patrimônio. Segundo o Princípio da Entidade, a Contabilidade é realizada para as entidades, como pessoas distintas dos sócios ou proprietários. Assim sendo, o Princípio afirma a autonomia patrimonial, no sentido de que o patrimônio de uma entidade não se confunde com aqueles de seus sócios ou proprietários.

O Sr. Rodrigo tem um pequeno comércio, mas mantém no Banco do Brasil uma única conta em seu nome. Nessa conta estão depositados R\$ 5.000,00, dos quais R\$ 1.500,00 são dele, como pessoa física e o restante pertence a sua empresa. Adotar o Princípio da Entidade significa separar as transações da entidade das de seus sócios ou proprietários. Portanto, nem o Sr. Rodrigo deve lançar mão, para fins particulares, do dinheiro da sua empresa, nem vice-versa. O ideal, sempre que possível, é que a separação seja formal, ou seja, que seja aberta uma conta para o Sr. Rodrigo e outra para a sua empresa.



13

Uma entidade é uma unidade para a qual se coleta, registra, demonstra e divulga situações patrimoniais. Modernamente, com o crescimento e com a descentralização ou desconcentração das empresas, a entidade pode ser um órgão dentro de uma empresa ou uma empresa dentro de um grupo empresarial, em que houve a decisão de estabelecer tratamento diferenciado como se fossem unidades econômicas separadas.

É preciso ter cuidado para que não ocorram transações entre a empresa e seus sócios, proprietários ou entidades ligadas, em condições que não sejam de mercado, porque caracterizariam irregularidade geralmente classificada como fraude gerencial ao Princípio da Entidade.

Exemplos



1) O proprietário da Comercial Tanure adquire um veículo para sua esposa e o coloca em nome da empresa, pois assim poderá lançar as despesas do veículo como se fossem da Comercial Tanure, reduzindo o lucro, e consequentemente, o Imposto de Renda a pagar. Este fato compreende uma desobediência ao Princípio da Entidade.

2) O Sr. Roberto utiliza dinheiro de sua poupança pessoal para saldar dívidas da empresa quando percebe problemas no fluxo de caixa, sem qualquer contabilização do empréstimo. Este fato também consiste em uma desobediência ao Princípio da Entidade não se pode misturar o patrimônio dos sócios com o patrimônio da empresa. As transações podem ser realizadas desde que sejam contabilizadas e em condições normais de mercado.

14

• Princípio da Continuidade (Going Concern)

A Continuidade ou não da Entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas. A Continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da Entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível. A observância do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência, por se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

Quando uma empresa está em condições de continuar suas atividades, avaliam-se seus ativos a valor de entrada (custo). Os valores de entrada são mais apropriados que os de saída, porque são mais objetivos e não registram ganhos ainda não realizados.

Uma empresa em processo de extinção é tratada, contabilmente, de forma diferente. No momento em que se verifica que a entidade não tem condições de continuar existindo, passam a interessar os valores de realização do ativo e de liquidação do passivo. No caso dos ativos, eles são avaliados a valor de saída (valor de mercado), que é a expectativa futura de recebimentos, baseada no seu preço de venda. Entretanto, a suspensão de atividades pode provocar efeitos na utilidade de determinados ativos, com a perda, até mesmo integral, de seu valor. Isto pode ocorrer, por exemplo, com máquinas obsoletas. Alguns ativos intangíveis, como marcas, patentes e fundo de comércio só têm valor, na maioria dos casos, quando há continuidade na vida operacional da entidade.

Exemplo

1) A Construponte é uma entidade formada por um consórcio de empresas com o objetivo de construir uma ponte ligando São Gonçalo ao Rio de Janeiro e, ao final, o consórcio será extinto. A previsão para a conclusão da ponte é de 5 anos. Neste caso, a classificação dos elementos patrimoniais deverá levar em conta que a entidade não funcionará indefinidamente. A previsão de encerramento das atividades da empresa afeta o valor do patrimônio, mesmo antes do encerramento. Estabelecer critérios adequados para a determinação do valor do patrimônio da entidade, levando em conta a sua dissolução, consiste em atender ao Princípio da Continuidade.

2) A empresa Linhas Aéreas Cruzeiro Ltda possui 10 aviões e encontra-se altamente endividada. Prevendo a possibilidade de dissolução da sociedade devido às constantes desavenças dos sócios, o Contador propôs o estabelecimento de uma provisão para adequar o valor dos aviões ao preço de mercado, uma vez que o valor registrado na contabilidade é superior ao valor de realização daqueles bens. Aquele contador deve ser parabenizado porque está seguindo fielmente o Princípio da Continuidade.

Compreendem os bens e os direitos de uma entidade expressos em moeda, tais como: disponibilidades financeiras imediatas (dinheiro no caixa ou em bancos), imóveis, veículos, equipamentos, mercadorias e títulos a receber.

15

• Princípio da Oportunidade

O Princípio da Oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Em outras palavras, as operações ou fatos que afetam o patrimônio devem ser registrados contabilmente no momento oportuno de maneira que as informações contábeis possam constituir-se base segura para as decisões da empresa.

A omissão de registros contábeis, por erro ou fraude, causa deformações que tendem a ser tanto maiores quanto mais relevantes são os fatos não computados.

Se perdas futuras são prováveis, realizam-se registros em Provisões. Assim, por exemplo, desembolsos que se esperam com indenizações trabalhistas, ajustes salariais, avais dados em títulos já vencidos e outras perdas, devem ser registrados contabilmente. Estas provisões representam maiores obrigações a serem cumpridas pela empresa, demonstrando a sua real situação patrimonial.

É a estimativa de uma provável despesa ou perda. São dois atributos básicos: é uma previsão, portanto, o seu valor é estimativo; além disso, existe a probabilidade de a despesa não ocorrer. As provisões são constituídas mediante incorporação de parcelas ao custo do exercício.

16

As perdas prováveis podem ser reversíveis ou apresentarem desfecho diferente do previsto, como em casos de acordo trabalhista, vitória judicial ou o pagamento do título avalizado. Mas, tal fato não deve ser levado em conta até que efetivamente ocorra. O que se deseja evitar é o elemento surpresa. Não deve a entidade, em seus registros, evidenciar otimismo nem pessimismos exagerados.

O Princípio da Oportunidade abrange dois aspectos distintos, mas complementares: a integridade e a tempestividade.

O objeto da Contabilidade é o patrimônio como um todo, não se aceitando a hipótese de que nos registros ou nas demonstrações contábeis possa ocorrer omissão de qualquer fenômeno que importe na desfiguração do conjunto, dos componentes do patrimônio ou do resultado do exercício.

A integridade diz respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, isto é, sem qualquer falta ou excesso. Não se admite a exclusão de quaisquer variações monetariamente quantificáveis. Considera haver necessidade do reconhecimento das variações, mesmo na hipótese de só existir razoável certeza de sua ocorrência. Tome-se o exemplo das depreciações, que são efetuadas com base na vida útil de um bem, cuja redução do valor desse bem é registrada contabilmente para ajustar o valor do patrimônio da empresa.

O rompimento do compromisso com a integridade leva às deformações da informação contábil, caracterizando a fraude. Portanto, os profissionais da área contábil devem estar atentos ao Princípio da Oportunidade de maneira a prevenir erros e omissões, pelos quais são responsabilizados.

Todo bem, móvel ou imóvel, sofre no decorrer do tempo um desgaste que se refletirá, diretamente, em seu valor de mercado. Essa perda de valor pode decorrer da utilização do bem, como no caso do desgaste da maquinaria de uma fábrica ou de um avião em razão das horas de voo (envelhecimento funcional). Qualquer que seja a causa, a perda de valor não se produz em um exercício financeiro, mas ao longo de vários anos. O método linear é o método de cálculo da depreciação mais utilizado. Ele consiste em dividir o valor da aquisição do bem por seu número provável de anos de vida.

17

A tempestividade indica a que as variações sejam registradas no momento em que ocorrerem, mesmo na hipótese de alguma incerteza. Para que a Contabilidade produza uma ideia atualizada do que ocorre, espelhando tudo, até o momento em que se evidencia, é preciso que tão logo o fato seja percebido ou dele se tome conhecimento, mereça o competente registro.

Quando os Princípios começaram a surgir, o regime das escritas contábeis era quase todo manual;

atualmente, é preciso considerar que cada vez mais os registros são realizados em máquinas eletrônicas. Com os meios de que hoje dispomos, a atualização de registros é um dever do profissional. Assim, fatos realizados à distância podem ser transmitidos por Fax, Internet ou por ação de terminais de computadores, permitindo imediatos registros em diversas partes.

Sem o registro no instante da ocorrência, ficarão incompletos os registros sobre o patrimônio até aquele momento e, em decorrência, insuficientes quaisquer demonstrações ou relatos, e falseadas as conclusões, diagnósticos e prognósticos.



18

- **Princípio do Registro Pelo Valor Original (Cost Basis of Valuation)**

De acordo com este princípio, os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade. Em outras palavras, as aquisições de ativos deverão ser contabilizadas pelo seu valor histórico, ou seja, pelo seu valor de compra ou de aquisição dos insumos para fabricá-los. Poderão ser acrescidos aos valores originais apenas gastos necessários para colocar o ativo em condições de funcionamento ou de venda.

Exemplo

Assim, a compra de mercadorias cujo valor da nota fiscal é de R\$ 800,00, mas que para serem colocadas em condições de venda necessita de desembolso pela empresa de R\$ 40,00 de frete e R\$ 20,00 de seguro, deverá ser registrada no ativo pelo valor de R\$ 860,00.

- 1) A Revendedora de Motos Usadas Suzuki adquiriu uma GSXX-750/03 por R\$ 8.000,00, sabendo que o seu preço de mercado é de R\$ 10.000,00. Considerando o Princípio do Registro pelo Valor Original, o contador lançou a compra da moto pelo seu valor de aquisição (custo).
- 2) A Merceria Vende Bem Ltda. adquiriu mercadorias no valor de R\$ 5.000,00. Pagou R\$ 40,00 de frete e R\$ 20,00 de seguro na aquisição dessas mercadorias. Considerando que esses gastos são indispensáveis para que as mercadorias sejam colocadas em condições de venda, a aquisição deverá ser registrada no ativo pelo valor total gasto, ou seja, R\$ 5.060,00.

19

As transações em moeda estrangeira devem ser transformadas em moeda nacional no momento do seu registro. Isto decorre da necessidade de homogeneização quantitativa do registro do patrimônio e das suas mutações, a fim de se obter a necessária comparabilidade.

No Princípio do Registro pelo Valor Original o balanço não representa o valor corrente do patrimônio, mas sim quanto custaram seus componentes, na data da transação. Mesmo que os valores originais tenham sido ajustados, segundo a sua perda de valor econômico, tal ajuste não implica em modificação do valor original.

A aceitação deste Princípio decepçiona os que desejariam observar, por meio de demonstrações financeiras, em termos de valor, o retrato atualizado da entidade. Entretanto, ninguém garante que o ativo, com o passar do tempo, continue apresentando a mesma potencialidade de gerar benefícios futuros. Eis porque os contadores preferem ser conservadores.

20

• Princípio da Atualização Monetária (Stability of Monetary Unit)

O art. 8º da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93 dispõe que "os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis por meio do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais". A Contabilidade reconhece que, embora aceite universalmente como medida de valor, a moeda não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo. Assim, o Princípio da Atualização Monetária parte do reconhecimento de que a moeda é instável e que os valores, nela sendo expressos, devem reajustar-se a uma atualidade que possa sempre traduzir maior proximidade da realidade.

Por Exemplo

Um padrão, para ser entendido como tal, não pode sofrer variações em sua essência. Na prática, o Princípio considera o real como uma unidade-padrão de mensuração, da mesma forma que o metro, o litro ou outras medidas físicas. Para assegurar uniformidade à moeda, como padrão de mensuração, escolhe-se uma data-base para expressar todas as contas das demonstrações contábeis publicadas: a data do Balanço Patrimonial.

Quando se aluga um apartamento por R\$ 800,00 e, na renovação do contrato, o aluguel sobe para R\$ 880,00, ou quando com R\$ 50,00 compramos 2 (dois) quilos de um determinado produto e, um ano depois, com a mesma importância só compramos 1 quilo, podemos deduzir que caiu o poder de compra da moeda. Por isso, quando com um mesmo valor nominal se compra menos quantidades de bens, caiu o poder aquisitivo da moeda; ocorre o inverso quando se compra mais.

21

O ajuste monetário é apenas uma nova expressão numérica de um mesmo valor, ou seja, uma equivalência no tempo. Portanto, a atualização monetária representa, tão somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indicadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda.

No Brasil, a correção dos valores patrimoniais era realizada até 1995, quando o Governo, por meio da Lei nº 9.249/95, extinguiu a correção monetária nas demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas a partir de 1º de janeiro de 1996. Esta lei complementou as medidas econômicas do Plano Real e teve como justificativa a redução da inflação a níveis bastante baixos.

Diante disso, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução nº 900, estabeleceu que o “Princípio da Atualização Monetária” deverá ser aplicado compulsoriamente quando a inflação acumulada no triênio for de 100% ou mais.

Essa questão vem sendo amplamente discutida entre os profissionais da área contábil, uma vez que a mudança estabelecida pela Lei nº 9.249/95 apresentou reflexos na apuração do resultado e no cálculo do imposto de renda das empresas.



- **Princípio da Competência dos Exercícios (Accrual Basis of Accounting)**

O Princípio da Competência dos Exercícios estabelece que as receitas e as despesas devem ser atribuídas aos exercícios de acordo com a real incorrência deles, isto é, de acordo com a data do fato gerador e não quando são recebidos ou pagos.

A Empresa Saber S.A. encerra seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano. A conta de energia elétrica referente a dezembro de 2009 foi recebida e paga em janeiro de 2010. Todavia, a despesa foi atribuída ao exercício de 2009. Tal entendimento decorre do Princípio da Competência dos Exercícios, segundo o qual o fato gerador da despesa é o período em que o serviço foi prestado e não a data do pagamento da conta.

A Empresa Garantia S.A. presta serviços de vigilância. Os serviços prestados no mês 01 são faturados só no mês 02 e recebidos no início do mês 03. Nesse caso, a receita será atribuída ao mês 01 porque ela deve ser reconhecida no mês em que o serviço foi realizado, e não na data de emissão ou recebimento da fatura.

O Princípio da Competência é baseado no Regime da Competência. Há dois regimes contábeis para registrar despesas e receitas: Regime de Caixa, que consiste no registro contábil do pagamento ou recebimento no momento de sua efetivação, e Regime de Competência, que registra as despesas e as receitas quando ocorrem, mesmo que não tenham sido pagas ou recebidas.

Exercício Social ou Exercício Contábil é o espaço de tempo escolhido para que a Contabilidade mostre a situação patrimonial e financeira na evolução dos negócios da empresa. Esse período geralmente é de um ano, podendo corresponder ao ano-calendário ou não.

É aquele que define a ocorrência da despesa ou da receita. Exemplificando: a compra de uma casa é o fato gerador da despesa correspondente ao pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e a venda de uma mercadoria a prazo é o fato gerador daquela receita, mesmo que o seu recebimento só vá ocorrer daí a 90 (noventa) dias.

- **Princípio da Prudência**

O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido. Em outras palavras, impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Para melhor entender a sua aplicabilidade devemos lembrar-nos de fatos que exigem estimativas e que envolvem incertezas de grau variável. Esses fatos geralmente se referem a mutações posteriores ao final do exercício, como por exemplo, a existência de uma ação trabalhista contra a empresa – cujo desfecho somente ocorrerá após o final do exercício financeiro.

Neste caso é necessário constituir uma provisão para perdas, atendendo ao Princípio da Prudência, mesmo sabendo que o resultado poderá ser favorável à empresa. O risco de falência de um cliente da empresa é outro caso no qual devemos aplicar o Princípio da Prudência, mesmo sabendo que talvez não haja perda total do crédito a receber do cliente falido, ou ainda, o cliente pode até reverter a sua situação pré-falimentar, mas a provisão deverá levar em conta o critério que resulte em um menor Patrimônio Líquido, resultando, portanto, em uma provisão de 100% do crédito relativo ao cliente.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa determina o ajuste, para menos, de valor decorrente de transações com o mundo exterior, das duplicatas ou de contas a receber. A escolha não está no reconhecimento ou não da provisão, indispensável sempre que houver risco de não recebimento de alguma parcela, mas, sim, no cálculo do seu montante.

Observe que na aplicação do Princípio da Prudência sempre há incerteza, pois quando há certeza em relação ao valor a ser provisionado, o seu registro estará atendendo ao Princípio da Oportunidade. Entretanto, a aplicação do Princípio da Prudência não deve levar a excessos, a situações classificáveis como manipulações do resultado, com a consequente criação de reservas ocultas. Ao contrário, deve constituir garantia de inexistência de valores artificiais, de interesse de determinadas pessoas, especialmente administradores e controladores, aspecto muito importante nas Entidades integrantes do mercado de capitais. Deve-se evitar, portanto, a prevalência de juízos puramente pessoais ou de outros interesses na aplicação da Prudência.

3 - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - NBC

As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização dos trabalhos contábeis, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade, na Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, dispôs sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade, que configuram regras objetivas de conduta. Segundo essa Resolução:

"Art. 2º As Normas classificam-se em Profissionais e Técnicas, sendo enumeradas sequencialmente.

§ 1º As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional, caracterizando-se pelo prefixo NBC P.

§ 2º As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade, caracterizando-se pelo prefixo NBC T".



25

As estruturas das Normas Profissionais e Técnicas serão agora apresentadas para que você possa entender a sua classificação e utilizá-las adequadamente.

Normas Profissionais - A estrutura é a seguinte:

NBC P1- Normas Profissionais de Auditor Independente

NBC P2- Normas Profissionais de Perito Contábil

NBC P3- Normas Profissionais de Auditor Interno

Normas Técnicas - A estrutura é a que segue:

NBC T 1- Das Características da Informação Contábil

NBC T 2- Da Escrituração Contábil

NBC T 3- Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis

NBC T 4- Da Avaliação Patrimonial

NBC T 5- Da Correção Monetária

NBC T 6- Da Divulgação das Demonstrações Contábeis

NBC T 7- Da Conversão da Moeda Estrangeira nas Demonstrações Contábeis

NBC T 8- Das Demonstrações Contábeis Consolidadas

NBC T 9- Da Fusão, Incorporação, Cisão, Transformação e Liquidação das Entidades

NBC T10- Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas

NBC T11- Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis

NBC T12- Da Auditoria Interna

NBC T13- Da Perícia Contábil

O Conselho Federal de Contabilidade mantém uma biblioteca virtual atualizada sobre diversos assuntos contábeis, sendo possível acessar e fazer download gratuito de livros em pdf. Dentre esses, destacamos o livro “Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade”.

Para acessá-lo entre no site do CFC (www.cfc.org.br). Escolha o link “biblioteca” e em seguida, “Edições do CFC”.

A NBC P 1 – Normas Profissionais de Auditor Independente é subdividida, por sua vez, em diferentes assuntos:

- 1.1 – Competência Técnico–Profissional
- 1.2 – Independência
- 1.3 – Responsabilidade na Execução dos Trabalhos
- 1.4 – Honorários Profissionais
- 1.5 – Guarda da Documentação
- 1.6 – Sigilo
- 1.7 – Utilização de Trabalho do Auditor Interno
- 1.8 – Utilização de Trabalho de Especialistas
- 1.9 – Manutenção dos Líderes de Equipe de Auditoria

Resumo

Os Princípios e Normas objetivam o tratamento uniforme das operações e demonstrações contábeis. Os Princípios referem-se às diretrizes mais gerais e as normas referem-se aos procedimentos.

Neste módulo são estudados os 7 (sete) Princípios Fundamentais estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade: da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Atualização Monetária, da Competência dos Exercícios e da Prudência.

O Princípio da Entidade afirma a autonomia patrimonial, no sentido de que o patrimônio de uma entidade não se confunde com aqueles de seus sócios ou proprietários.

O Princípio da Continuidade parte do pressuposto de que a entidade continuará existindo por tempo indeterminado. Sendo constatadas evidências de término da atividade, essas evidências devem ser consideradas na elaboração das demonstrações contábeis.

O Princípio da Oportunidade determina que as operações ou fatos que afetam o patrimônio sejam registrados contabilmente no momento oportuno de maneira que as informações contábeis possam constituir-se base segura para as decisões da empresa. Refere-se à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações. A integridade diz respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade e a tempestividade diz respeito ao registro das variações no momento em que ocorrerem.

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que as aquisições de ativos sejam contabilizadas pelo seu valor histórico, ou seja, pelo seu valor de compra ou de aquisição dos insumos para fabricá-los.

O Princípio da Atualização Monetária parte do reconhecimento de que a moeda é instável e que os valores, nela sendo expressos, devem reajustar-se a uma atualidade que possa sempre traduzir maior proximidade da realidade. Para assegurar uniformidade à moeda, como padrão de mensuração, escolhe-se uma data-base para expressar todas as contas das demonstrações contábeis publicadas: a data do Balanço Patrimonial.

Estabelece o Princípio da Competência dos Exercícios que as receitas e as despesas devem ser atribuídas aos exercícios de acordo com a real incorrência dos mesmos, isto é, de acordo com a data do fato gerador e não quando são recebidos ou pagos.

O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido. A prudência diz respeito na avaliação patrimonial que resulte menor patrimônio líquido. Essa posição conservadora procura defender os usuários das demonstrações contábeis quanto ao valor patrimonial da entidade.

O Conselho Federal de Contabilidade dispõe também sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade, classificando-as em Profissionais e Técnicas. As Normas Profissionais definem regras de exercício profissional e as Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade.

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE

MÓDULO 3 – CONTAS E REGISTROS CONTÁBEIS

1 - CONTAS E REGISTROS CONTÁBEIS



Conta é o nome técnico que identifica cada componente patrimonial (bem, direito ou obrigação), bem como identifica um componente de resultado (receita ou despesas).

Todos os acontecimentos que ocorrem durante a gestão patrimonial de uma entidade, tais como compras, vendas, pagamentos, recebimentos, etc. são registrados contabilmente em suas respectivas contas. Por exemplo: dinheiro em caixa, conta Caixa; dinheiro em banco, conta Banco; mercadorias em estoque, conta Mercadorias, etc.

O ato de contabilizar essas operações por meio de um sistema universalmente adotado chama-se classificação. Classificar uma conta representa debitar ou creditar esta conta de acordo com a operação realizada e constitui a mais importante tarefa dentro de um setor de contabilidade, pois é dessa classificação que nascem os registros nos diversos livros contábeis que, por sua vez, dão origem aos levantamentos para a elaboração das demonstrações contábeis.

As contas podem receber diferentes classificações conforme a Teoria das Contas em estudo. No Brasil, a Teoria Patrimonialista é a usualmente adotada. Segundo essa teoria, as contas podem ser classificadas em Contas Patrimoniais e Contas de Resultado.

O patrimônio, conforme apresentado anteriormente, é formado por bens, direitos e obrigações. As contas patrimoniais, para representar o patrimônio, são divididas em dois grandes grupos: ATIVO e PASSIVO.

Observe que foi incluído um grupo “obrigações com sócios”. Na verdade, esse grupo refere-se aos valores que os sócios entregaram à sociedade para o seu funcionamento, ou seja, o capital social. Este capital representa a primeira origem de recursos da empresa. No decorrer do tempo, esses recursos são aplicados gerando lucros, que passam a incorporar o patrimônio. Esses lucros integram, juntamente com o capital social, um grupo denominado Patrimônio Líquido.

Patrimônio

ATIVO	PASSIVO
Bens Caixa (dinheiro) Estoque de Mercadorias Móveis e Utensílios	Obrigações c/ terceiros Salários a Pagar Duplicatas a Pagar Impostos a Pagar
Direitos Duplicatas a Receber Promissórias a Receber	Obrigações c/ sócios Capital Social

29

No Ativo são colocados os elementos representativos dos Bens e Direitos da entidade, e no Passivo são colocados os elementos representativos das Obrigações e o Patrimônio Líquido.

Com isso, a representação gráfica do Patrimônio fica completa, pois, quantitativamente, o total do lado esquerdo fica igual ao total do lado direito, dando-lhe forma de equação.

Vejamos a representação gráfica anterior com os respectivos valores:

Patrimônio			
Ativo		Passivo	
Bens		Obrigações c/ terceiros	
Caixa (dinheiro)	30	Salários a Pagar	35
Estoque de Mercadorias	20	Duplicatas a Pagar	15
Móveis e Utensílios	50	Impostos a Pagar	30
		Obrigações c/ sócios	
Direitos		Capital Social	70
Duplicatas a Receber	40		
Promissórias a Receber	10		
Total do Ativo	150	Total do Passivo e PL	150

O patrimônio, além de representar os bens, direitos e obrigações da entidade, pode ser entendido como o resumo das origens e aplicações de recursos em um determinado momento.

O passivo, incluindo as obrigações exigíveis e o patrimônio líquido representa as origens de recursos, ou seja, onde a empresa busca os recursos a serem aplicados nas suas atividades.

O Ativo, incluindo os bens e direitos representa as aplicações dos recursos obtidos pela empresa.

30

As Contas Patrimoniais são também denominadas permanentes, pois sempre existirão enquanto existirem os elementos patrimoniais que representam. Estas contas não têm o seu saldo encerrado no final do exercício financeiro, ou seja, o saldo é verificado por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis e a conta continua sendo movimentada normalmente após o Balanço.

As Contas de Resultado registram as variações patrimoniais e englobam as RECEITAS e as DESPESAS, utilizadas para determinar o resultado do exercício.

Receitas: decorrem da venda de Bens e da prestação de serviços. Existem em número menor que as Despesas, sendo as mais comuns representadas pelas seguintes contas: Receita de vendas, receita de serviços, receitas financeiras, receitas de aluguéis, entre outras.

Despesas: decorrem do consumo de Bens e da utilização de serviços. Por exemplo: salários, fretes, energia elétrica consumida, os materiais de limpeza consumidos (sabões, desinfetantes, vassouras, detergente), o café consumido, os materiais de expediente consumidos (canetas, papéis, lápis, impressos etc.), a utilização dos serviços telefônicos, etc.

Em outras palavras, as receitas e despesas representam os ganhos e perdas da empresa, e permitem, ao final de determinado período, verificar se a empresa teve lucro ou prejuízo com suas operações.

Contas de Resultado	
Receitas	Despesas
Aumentam o Patrimônio Líquido	Diminuem o Patrimônio Líquido



31

Não se deve confundir despesa com pagamento. Uma despesa pode ocorrer sem que tenha sido paga (como é o caso dos salários, quando os serviços são prestados em um mês e pagos em outro); e pode ter sido paga sem que tenha sido incorrida (caso do aluguel, quando pago antecipadamente).

Contas de Resultado são também denominadas Contas Transitórias, pois só servem até o momento da apuração do resultado (lucro ou prejuízo). Assim, elas têm tempo de vida definido.



O processo com as Contas de Resultado é o seguinte:

são abertas, no primeiro dia do ano, com saldo igual a zero;
durante o ano recebem os valores, de forma cumulativa, até o final do período;
ao final do período, após obtida a informação de Lucro ou Prejuízo, as contas são zeradas, isto é, encerradas, para que no próximo exercício seu saldo parta de

zero.

32

As contas patrimoniais refletem a posição estática do patrimônio, ou seja, a situação patrimonial em determinado momento.

As contas de resultado demonstram a dinâmica patrimonial, isto é, as variações aumentativas e diminutivas do patrimônio, que geram resultado positivo ou negativo, aumentando ou diminuindo a substância líquida patrimonial.

33

Débito e Crédito

Todas as operações ocasionam aumentos e diminuições no ativo, passivo e/ou no patrimônio líquido. Esses aumentos e diminuições são efetuados por meio dos débitos e créditos lançados nas contas.

Debitar uma conta é registrar um valor na coluna do débito.

Creditar uma conta é registrar um valor na coluna do crédito.

O quadro abaixo contribui para a compreensão dos registros:

Operação	Grupo de Contas	Natureza do Saldo	Impacto no saldo
Débito	Ativo (Bens e Direitos)	Devedor	+
Crédito			-
Débito	Passivo (Obrigações com Terceiros) Patrimônio Líquido (obrigações com os sócios)	Credor	-
Crédito			+

As contas do Ativo possuem saldo devedor, portanto, sendo debitadas terão os seus saldos aumentados. Quando essas contas são creditadas os seus saldos diminuem.

As contas do Passivo e do Patrimônio Líquido possuem saldo credor. Por isso, um lançamento a débito dessas contas provoca uma redução no saldo, enquanto um crédito aumenta o saldo.



Significa aplicação de recursos.

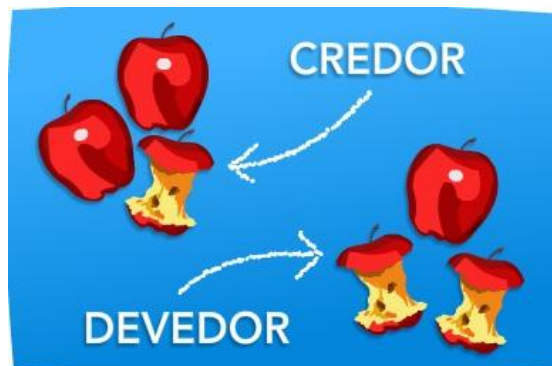
Identifica a origem dos recursos aplicados.

34

As contas de despesas também apresentam natureza devedora – assim como as contas do Ativo. Por isso, o comportamento é análogo, ou seja, um débito aumenta uma conta de despesa e um crédito reduz o seu saldo.

Por outro lado, as contas de Receitas apresentam saldo de natureza credora. Com isso, um débito reduz e um crédito aumenta o seu saldo.

Saldo é a diferença entre o débito e o crédito. Se o débito for maior, o saldo será devedor; se o crédito for maior, o saldo será credor.



35



Entender porque as contas do ativo têm natureza devedora e as contas do passivo têm natureza credora é fundamental para a compreensão dos assuntos que se seguem.

O entendimento é bastante simples: a sistematização dos lançamentos contábeis teve origem na antiga Roma, onde a palavra débito deriva de Debitum, Debitare e Debitarium que designavam os direitos: devidos a mim, ou devido para mim (entendendo por “mim” a própria empresa ou entidade), configuravam todas e quaisquer aplicações de recursos, que por sua vez representavam a própria atividade da empresa ou entidade, daí a denominação: Ativo.

Enquanto Creditum, Creditare, Creditarium, designavam as obrigações para com outrem, devidos por mim (idem), configuravam todas as obrigações exigíveis e não exigíveis, configuradas na condição de origens de recursos que se materializam no ativo das entidades e apenas representam os valores, daí a denominação: Passivo.



36

Despesas são contas de resultado e, como tal, têm a propriedade de alterar o Patrimônio Líquido da entidade. Todas elas reduzem os valores patrimoniais, porque são as responsáveis pelos registros das perdas eventuais, saídas monetárias para consumo, prejuízos nas vendas, diminuição nos lucros, deterioração de bens etc.

Por que as despesas são sempre contas devedoras? Já foi visto que o ativo corresponde à aplicação de recursos e que estes são sempre registrados em contas devedoras. As despesas também são uma forma de aplicação de recursos, com a diferença de que elas não oferecem retorno físico (bens) ou virtual (direitos), representando uma forma de consumo desses recursos econômico-financeiros.

37



As contas do passivo são credoras porque representam as obrigações do patrimônio, ou seja, referem-se a terceiros que são credores da entidade.



Receitas são contas de resultado que afetam positivamente o Patrimônio Líquido da entidade, pois são elas as responsáveis pelos registros do aumento da origem de recursos patrimoniais resultantes de quaisquer ganhos e, portanto, credoras.

Por que as receitas são sempre contas credoras? Se o passivo caracteriza-se como sendo a origem dos recursos do patrimônio e se as receitas são uma fonte canalizadora de mais recursos para o empreendimento, elas serão sempre credoras por analogia com o passivo.

38

2 - ESQUEMA DOS REGISTROS

O esquema, apresentado a seguir, auxilia você a entender os registros a débito ou a crédito:

Contas Patrimoniais	Débito	Crédito	Saldo
ATIVO	Aumenta	Diminui	Devedor
PASSIVO	Diminui	Aumenta	Credor
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Diminui	Aumenta	Credor
Contas de Resultado	Débito	Crédito	Saldo
DESPESAS	Aumentam	Diminuem	Devedor
RECEITAS	Diminuem	Aumentam	Credor

DEBITAR	Significa aumentar o saldo de uma conta do Ativo (que representa um bem ou direito) por meio de um lançamento na coluna de débito da conta representativa da operação.
	Significa diminuir o saldo de uma conta do Passivo ou Patrimônio Líquido por meio de um lançamento na coluna de débito da conta representativa da operação.

CREDITAR	Significa aumentar o saldo de uma conta do Ativo (que representa um bem ou direito) por meio de um lançamento na coluna de crédito da conta representativa da operação.
	Significa diminuir o saldo de uma conta do Passivo ou Patrimônio Líquido por meio de um lançamento na coluna de débito da conta representativa da operação.

Embora seu efeito não seja direto, pois os débitos e créditos transitam pelas contas de despesas e receitas, a variação que eles causam no Patrimônio Líquido é a seguinte:

Débito	Crédito
(despesa)	(receita)
Reduz o Patrimônio Líquido	Aumenta o Patrimônio Líquido

39

Um exemplo: Quando uma Imobiliária compra um imóvel à vista, por R\$ 50.000,00, como será representada a operação nas contas Patrimoniais?



Debitará R\$ 50.000,00 à conta representativa de "imóveis", uma vez que o imóvel é um bem (ATIVO).

Creditará R\$ 50.000,00 à conta que representa dinheiro em poder da empresa ("Caixa", que é uma conta do Ativo), pois a empresa reduzirá o seu saldo de Caixa no valor que pagará pela aquisição.

40

Os principais elementos de uma conta são:

Título	Histórico
Código	Débito

Data	Crédito
CP	Saldo

3 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA CONTA

A estrutura das contas no Livro Razão, que é um livro muito importante do ponto de vista da Contabilidade, usualmente pode ser representada por um quadro com 6 (seis) colunas.

Título:					
Código:					
Data	CP	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
	a	a	a	a	a

É o nome da conta onde se identifica o que ela representa. Exemplo: conta "caixa", cuja função é registrar as operações de recebimentos e pagamentos em dinheiro.

Consiste no código numérico atribuído a conta para facilitar a localização da conta que recebeu o lançamento de contrapartida. Exemplo: conta "caixa" - código 1.1.1.1

Dia, mês e ano de ocorrência do fato que alterou o valor do componente patrimonial. Exemplo: 01-07-x1 (está assinalado com um "x" o ano em que deve ser contabilizada a operação)

Significa contrapartida e registra o código numérico da conta que recebeu o lançamento de contrapartida. Exemplo: conta "banco" (código 1.1.1.2) é a contrapartida da conta "caixa" (código 101)

É a descrição do evento registrável na escrituração.

São os registros efetuados na coluna do débito da conta; representa a situação de dívida da conta. Exemplo: Venda a vista de mercadorias.

São os registros efetuados na coluna do crédito da conta; representa o que a conta tem a haver. Exemplo: Pagamento de salários do mês de junho

É a diferença existente entre o débito e o crédito de uma conta. Exemplo: conta "caixa" = R\$ 10.000,00 - R\$ 6.000,00 = saldo de R\$ 4.000,00

41

Veja um exemplo de preenchimento do Livro Razão utilizando-se as transações efetuadas pela Empresa Comércio de Eletrodomésticos S.A., no mês de julho do ano x1, que foram as seguintes:

- ▶ Em 01-07-x1, venda à vista de mercadorias (liquidificadores), R\$ 10.000,00.
- ▶ Em 02-07-x1, depósito em Banco (BRB), R\$ 6.000,00;
- ▶ Em 05-07-x1, **pagamento de salários do mês de junho**, R\$ 9.000,00.

Título: CAIXA Código: 101					
Data	CP	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
01-07-X1		Saldo Inicial			22.000,00
01-07-X1	301	Venda à vista	10.000,00		32.000,00
02-07-X1	102	Depósito bancário		6.000,00	26.000,00

Título: BANCOS Código: 102					
Data	CP	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
01-07-X1		Saldo Inicial			4.000,00
02-07-X1	101	Depósito em dinheiro	6.000,00		10.000,00
05-07-X1	201	Salários a pagar		9.000,00	1.000,00

Título: SALÁRIOS A PAGAR Código: 201					
Data	CP	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
01-07-X1		Saldo Inicial			9.000,00
05-07-X1	102	Pagamento de salários	9.000,00		0,00

Título: RECEITA DE VENDAS Código: 301					
Data	CP	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
01-07-X1		Saldo Inicial			160.000,00
01-07-X1	101	Vendas à vista		10.000,00	170.000,00

42

4 - CONTA T

A Conta "T", razonete ou razonete em T é a simplificação da representação gráfica do Livro Razão. A Conta T apresenta a seguinte representação gráfica:

TÍTULO DA CONTA	
Débito	Crédito
Saldo Devedor	Saldo Credor

O lado esquerdo de uma conta é chamado o lado do débito, o lado direito é denominado o lado do crédito. A natureza da conta é que irá determinar o lado a ser utilizado para os aumentos e o lado para as diminuições, como será visto a seguir.

Os elementos que compõem o Ativo figuram no lado esquerdo do balanço. Guardando coerência, as contas do ativo devem apresentar saldos devedores (lado esquerdo). E assim sendo, as contas de ativo têm o saldo aumentado quando são debitadas, representando aumento dos bens e direitos.

Com as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido ocorre o inverso do que acontece com as do ativo. Estas diminuem quando são debitadas e aumentam quando são creditadas.

43

A Conta T, por utilizar um gráfico simplificado, é muito usada para a resolução de problemas, estudos e explicações.

Aproveitar-se-á, a seguir, a relação das transações efetuadas pela Empresa Comércio de Eletrodomésticos S.A. para exemplificar o registro de lançamentos em Contas T:

Caixa			Bancos		
(sd)	22.000,00		(sd)	4.000,00	
(1)	10.000,00		(2)	6.000,00	
		6.000,00			9.000,00 (3)
(sd)	26.000,00		(sd)	1.000,00	

Salários a Pagar			Receitas de Vendas		
(3)	9.000,00	9.000,00 (sd)		160.000,00 (sd)	
				10.000,00 (1)	
		0,00 (sd)		170.000,00 (sd)	

5 - PLANO DE CONTAS

O contabilista precisa criar as contas que irá usar, antes de iniciar o registro dos fatos. Por isso, uma das atividades iniciais para a elaboração da Contabilidade é a planificação das contas necessárias à revelação de todos os componentes patrimoniais, bem como suas variações.



O Plano de Contas destina-se a orientar o registro das operações, oferecendo a vantagem de uniformização das contas utilizadas em cada registro. Ele consiste de um elenco de todas as contas que se prevê sejam necessárias aos registros contábeis de uma entidade. Compreende-se, todavia, que ele não pode ser rígido e inflexível, devendo permitir alterações que se mostrem necessárias por ocasião de sua utilização.

A seguir, encontra-se um exemplo de Plano de Contas que procura acompanhar, em suas linhas gerais, a classificação de contas prevista pela Lei nº 6.404/76, que regulamenta as sociedades por ações.

O Plano tomado como exemplo mostra um número de contas adequado a empresas de tamanho médio. O responsável pela Contabilidade poderá adaptá-lo aos casos concretos que tiver em vista, eliminando as contas desnecessárias e criando as que forem indispensáveis à entidade cujos fatos pretende registrar.

Será apresentado um Plano de Contas para empresas comerciais, cujo objetivo é a revenda de mercadorias. Poderá, entretanto, ser adaptado para empresas industriais, com a inclusão de contas patrimoniais representativas de bens indispensáveis a essa atividade, tais como Máquinas e Ferramentas, assim, como a criação de contas estoque e de resultado que caracterizem o custo industrial.

O Plano prevê quatro grandes **grupos de contas**, utilizando critério decimal. Assim, toda vez que encontramos uma conta cujo número se inicie pelos números:

1 contas do grupo ATIVO

2 contas do grupo PASSIVO

3 contas do grupo RECEITA

4 contas do grupo DESPESA

Exemplo de "Plano de Contas" para uma empresa comercial de porte médio:

Contas Patrimoniais

Contas	Descrição das Contas
1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	DISPONIBILIDADES
1.1.1.1	Caixa
1.1.1.2	Bancos Conta Movimento
1.1.1.3	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
1.1.2	CLIENTES
1.1.2.1	Duplicatas a Receber
1.1.2.2	(-) Duplicatas Descontadas
1.1.2.3	(-) Provisão para Devedores Duvidosos
1.1.3	OUTROS CRÉDITOS
1.1.3.1	Contas a Receber
1.1.3.2	Adiantamentos a Empregados
1.1.3.3	Adiantamentos a Fornecedores
1.1.3.4	Impostos a Recuperar

1.1.4	ESTOQUES
1.1.4.1	Mercadorias Para Revenda
1.1.4.2	Materiais de consumo
1.1.4.3	(-) Provisão para Perdas de Estoques
1.1.5	DESPESAS ANTECIPADAS
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.2.1	DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO
1.2.1.1	Duplicatas a Receber
1.2.1.2	Títulos a Receber
1.2.1.3	(-) Provisão para Perdas
1.2.2	INVESTIMENTOS
1.2.2.1	Participações Societárias
1.2.2.2	(-) Provisão para Perdas em Investimentos
1.2.2.3	Imóveis para Renda
1.2.3	ATIVO IMOBILIZADO
1.2.3.1	Imóveis
1.2.3.2	Máquinas e Equipamentos
1.2.3.3	Instalações
1.2.3.4	Veículos
1.2.3.5	Móveis e Utensílios
1.2.3.6	(-) Depreciação Acumulada
1.2.4	ATIVO INTANGÍVEL
1.2.4.1	Softwares
1.2.4.2	Fundo de Comércio adquirido
1.2.4.3	

	(-) Amortização Acumulada
--	---------------------------

1.1.1.1 CAIXA**Função**

Registrar a movimentação de dinheiro, cheques e outros documentos compensáveis em poder da empresa.

Funcionamento

Debita-se pelo recebimento (entrada).

Credita-se pelo pagamento (saída).

Saldo devedor.

1.1.1.2 BANCOS CONTA MOVIMENTO**Função**

Registrar a movimentação de dinheiro da empresa em poder de estabelecimentos bancários, mantido em conta disponível para utilização.

Funcionamento

Debita-se pelos depósitos bancários, resgates de aplicações financeiras e recebimentos de crédito da empresa, por via bancária, de qualquer origem.

Credita-se pela emissão de cheques, transferência de valores para aplicação financeira e lançamentos de retirada realizados pelo banco.

Saldo devedor.

1.1.1.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA**Função**

Registrar os valores aplicados em instituições financeiras, tais como: certificados de depósitos bancários, fundos de investimentos, etc.

Funcionamento

Debita-se pela transferência de valores para aplicação financeira e pelos rendimentos gerados no período.

Credita-se pelo resgate ou liquidação da aplicação financeira e pelos impostos incidentes quando do resgate.

Saldo devedor.

1.1.2.1 DUPLICATAS A RECEBER (CLIENTES)**Função**

Registrar os valores a receber de clientes decorrentes das vendas a prazo de mercadorias, produtos e serviços.

Funcionamento

Debita-se pela emissão da fatura contra o cliente.

Credita-se pelo recebimento total ou parcial do título, pela anulação da venda (devolução) e pela baixa como incobrável.
Saldo devedor.

1.1.2.2 (-) DUPLICATAS DESCONTADAS

Função

Registrar a movimentação de duplicatas emitidas contra clientes e descontadas em instituições financeiras (o Banco adianta o valor a receber, deduzindo juros).

Funcionamento

Debita-se pela baixa do título pago pelo cliente junto à instituição financeira que efetuou o desconto.

Credita-se pelo valor principal da operação de desconto, em contrapartida com o valor liberado na conta corrente da empresa e com as despesas de juros cobradas na operação.

Saldo credor.

1.1.2.3 (-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

Função

Registrar a movimentação de valores decorrentes da expectativa de perda com os créditos da empresa (perdas com vendas a prazo).

Funcionamento

Debita-se pela baixa dos valores provisionados.

Credita-se pela constituição da provisão.

Saldo credor.

1.1.3.1 CONTAS A RECEBER

Função

Registrar os valores a receber decorrentes de operações diversas que não sejam das vendas de mercadorias, produtos e serviços.

Funcionamento

Debita-se pelo reconhecimento do valor a receber.

Credita-se pelo recebimento total ou parcial do crédito, pela anulação da operação ou pela baixa como incobrável.

Saldo devedor.

1.1.3.2 ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Função

Registrar os valores adiantados aos empregados, a serem descontados em seus salários.

Funcionamento

Debita-se pelo adiantamento.

Credita-se pela baixa do adiantamento, em contrapartida de salários a pagar.

Saldo devedor.

1.1.3.3 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Função

Registrar os valores adiantados aos fornecedores por conta de aquisições com entrega futura.

Funcionamento

Debita-se pelo adiantamento.

Credita-se pela baixa do adiantamento, em contrapartida de fornecedores.

Saldo devedor.

1.1.3.4 IMPOSTOS A RECUPERAR

Função

Registrar os valores relativos a impostos pagos, cuja legislação permita a restituição ou compensação, como ocorre com o Imposto de Renda e ICMS.

Funcionamento

Debita-se pelo pagamento do imposto a recuperar.

Credita-se pela compensação ou restituição do valor do imposto.

Saldo devedor.

1.1.4.1 MERCADORIAS PARA REVENDA

Função

Registrar a movimentação no estoque de mercadorias adquiridas para revenda.

Funcionamento

Debita-se pelas compras efetuadas, inclusive pelos valores acessórios tais como fretes, carretos, seguros e impostos não restituíveis.

Credita-se pela baixa decorrente da transferência para de resultado como custo das mercadorias vendidas.

Saldo devedor.

1.1.4.2 MATERIAIS DE CONSUMO

Função

Registrar a movimentação de materiais de consumo adquiridos para utilização, tais como: materiais de limpeza, de manutenção, de reposição, pequenos utensílios que não compõem o imobilizado.

Funcionamento

Debita-se pelas compras efetuadas, inclusive pelos valores acessórios tais como fretes, carretos e seguros e impostos não recuperáveis.

Credita-se pela baixa decorrente da transferência para consumo.

Saldo devedor.

1.1.4.3 (-) PROVISÃO PARA PERDAS DE ESTOQUES

Função

Registrar a movimentação de valores relativos à expectativa de perda com os estoques, geralmente decorrente de desvalorização ou obsolescência.

Funcionamento

Debita-se pela baixa dos valores provisionados.

Credita-se pela constituição da provisão.

Saldo credor.

1.1.5 DESPESAS ANTECIPADAS

Função

Registrar as aplicações de recursos em despesas cujos benefícios ou prestação de serviços se farão durante o próprio exercício e o seguinte, tais como: prêmios de seguro, assinaturas e anuidades, aluguéis pagos antecipadamente, etc.

Funcionamento

Debita-se pelo pagamento ou ocorrência da despesa.

Credita-se pela apropriação mensal.

Saldo devedor.

1.2.1 DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

As contas do Ativo Realizável a Longo Prazo têm as mesmas Funções, Funcionamento e Natureza de saldos das suas congêneres do Ativo Circulante. A diferença é que se referem a valores recebíveis após o exercício financeiro subsequente.

1.2.2.1 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Função

Registrar os investimentos permanentes em outras empresas.

Nota: a Lei Geral veda a caracterização como microempresa ou empresa de pequeno porte de empresa que participa do capital de outras empresas, mas exclui da vedação as participações em cooperativas de crédito, centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios simples ou associações assemelhadas.

Funcionamento

Debita-se pela aquisição ou subscrição da participação societária em consórcio simples, centrais de compras ou cooperativa de crédito.

Credita-se pela baixa decorrente de venda da participação.

Saldo devedor.

1.2.2.3 IMÓVEIS PARA RENDA

Função

Registrar e controlar imóveis adquiridos para obtenção de renda, seja decorrente de sua valorização ou de aluguel.

Funcionamento

Debita-se a conta específica deste item sempre que ocorrer a aquisição dos bens, pelo valor total dispendido que inclui frete, seguro e impostos não recuperáveis.

Credita-se sempre que houver alienação ou baixa.

Saldo devedor.

1.2.3 ATIVO IMOBILIZADO**Função**

Registrar e controlar as imobilizações permanentes em terrenos, construções e benfeitorias, máquinas, aparelhos e equipamentos, ferramentas, matrizes, móveis e utensílios, equipamentos de informática, instalações comerciais, veículos, etc.

Funcionamento

Debita-se a conta específica deste item sempre que ocorrer a aquisição dos bens, pelo valor total dispendido que inclui frete, seguro e impostos não recuperáveis.

Credita-se sempre que houver alienação ou baixa.

Saldo devedor.

1.2.4 ATIVO INTANGÍVEL**Função**

Registrar e controlar os bens incorpóreos de natureza permanente, tais como marcas e patentes, softwares e fundo de comércio.

Debita-se a conta específica deste item sempre que ocorrer a aquisição de bens.

Credita-se pela alienação e baixa.

Saldo devedor.

46

2	PASSIVO
2.1	PASSIVO CIRCULANTE
<u>2.1.1</u>	Fornecedores
<u>2.1.2</u>	Empréstimos Bancários
<u>2.1.3</u>	Títulos a Pagar
<u>2.1.4</u>	Salários a Pagar
<u>2.1.5</u>	Encargos Sociais a Recolher
<u>2.1.6</u>	Impostos a Recolher
<u>2.1.7</u>	Provisão para Imposto de Renda
<u>2.1.8</u>	Provisões Diversas
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2.2.1	financiamentos a pagar
2.2.2	títulos a pagar
2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.4.1	CAPITAL SOCIAL
<u>2.4.1.1</u>	Capital Subscrito
<u>2.4.1.2</u>	(-) Capital a Integralizar
2.4.2	RESERVAS DE CAPITAL
2.4.3	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
2.4.4	RESERVAS DE LUCROS
<u>2.4.4.1</u>	Reserva Legal
<u>2.4.4.2</u>	Reserva Estatutária
<u>2.4.4.3</u>	Reserva para Contingências
2.4.5	AÇÕES EM TESOURARIA
2.4.6	PREJUÍZOS ACUMULADOS

Procure observar que:

As contas que têm à sua esquerda o sinal (-) são Contas Retificadoras.

No Ativo são contas que têm saldos credores e figuram com sinal (-).

No Patrimônio Líquido são Contas que têm saldos devedores e figuram com sinal (-)

2.1.1 FORNECEDORES

Função

Registrar e controlar as obrigações com os fornecedores decorrentes das aquisições de bens e serviços.

Funcionamento

Debita-se pelas amortizações e liquidação das obrigações.

Credita-se pela contratação da obrigação.

Saldo credor.

2.1.2 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Função

Registrar e controlar as obrigações com instituições financeiras decorrentes da obtenção de empréstimos e financiamentos.

Funcionamento

Debita-se pelas amortizações e liquidação das obrigações.

Credita-se pelo recebimento ou disponibilidade do crédito e pela provisão dos encargos financeiros.

Saldo credor.

2.1.3 TÍTULOS A PAGAR

Função

Registrar e controlar outras obrigações junto a pessoas ou empresas decorrentes das aquisições de bens, serviços e outras finalidades.

Funcionamento

Debita-se pelas amortizações e liquidação das obrigações.

Credita-se pela contratação da obrigação.

Saldo credor.

2.1.4 SALÁRIOS A PAGAR

Função

Registrar os valores a pagar aos empregados relativos aos salários de funcionários.

Funcionamento

Debita-se pelos descontos e pelos pagamentos de adiantamento e saldo líquido final.

Credita-se pelos salários.
Saldo credor.

2.1.5 ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Função

Registrar e controlar as obrigações da empresa decorrentes da legislação trabalhista em relação à previdência social, ao fundo de garantia por tempo de serviço e aos sindicatos de trabalhadores.

Funcionamento

Debita-se pela liquidação da obrigação.

Credita-se pela provisão das obrigações e pelos descontos feitos na folha de pagamento, recebidos de férias e terms de rescisão de contrato de trabalho.

Saldo credor.

2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

As contas do Passivo não Circulante têm as mesmas Funções, Funcionamento e Natureza de saldos das suas congêneres do Passivo Circulante. A diferença é que se referem a obrigações com vencimento após o final do exercício seguinte.

2.4.1.1 CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO

Função

Registrar as subscrições de capital.

Funcionamento

Debita-se pela redução de capital em virtude de restituição ou compensação de prejuízos.

Credita-se pelas subscrições do capital inicial e dos aumentos posteriores.

Saldo credor.

2.4.1.2 CAPITAL SOCIAL A INEGRALIZAR (REALIZAR)

Função

Registrar as subscrições e integralizações de capital.

Funcionamento

Debita-se pelas subscrições.

Credita-se pelas integralizações.

Saldo devedor

2.4.2 RESERVAS DE CAPITAL

Função

Registrar as contrapartidas dos valores recebidos pela empresa e que não transitam pelo Resultado como Receita, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital.

Funcionamento

Debita-se pela incorporação da reserva ao Capital Social, compensação de prejuízos ou ajustes efetuados.

Credita-se pela constituição da reserva.

Saldo credor.

2.4.3 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Função

Registrar as contrapartidas de aumentos e diminuição de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de mercado.

Funcionamento

Debita-se pelo ajuste e pela transferência para o Resultado do Exercício.

Credita-se pelo ajuste e pela transferência para o Resultado do Exercício.

Saldo devedor ou credor, dependendo dos somatórios dos ajustes feitos a débito e a crédito.

2.4.4 RESERVAS DE LUCROS

Função

Registrar as apropriações de lucros da empresa, qualquer que seja a finalidade: reserva legal, reservas estatutárias, reservas para contingências, reservas de lucros a realizar, etc.

Funcionamento

Debita-se pela utilização da reserva para incorporação ao Capital Social, reversão da reserva, compensação de prejuízos e distribuição aos sócios.

Credita-se pela constituição da reserva.

Saldo credor.

2.4.5 AÇÕES EM TESOURARIA

Função

Registrar as aquisições temporárias de ações da empresa, que serão oportunamente recolocadas no mercado.

Funcionamento

Debita-se pela aquisição das ações.

Credita-se pela alienação a outro sócio ou redução do Capital Social.

Saldo devedor.

2.4.6 PREJUÍZOS ACUMULADOS

Função

Registrar o valor dos prejuízos acumulados para compensação com lucros de períodos subsequentes, com outras reservas ou redução do Capital Social.

Funcionamento

Debita-se pelos prejuízos verificados em contrapartida com o Resultado do Exercício.
 Credita-se pela compensação com o Resultado, Reserva ou Capital Social.
 Saldo devedor.
 Nota: os lucros verificados em cada exercício social devem ser destinados para distribuição aos sócios, formação de reservas ou aumento de capital.

47

Contas de Resultado

Código	Descrição das Contas
3	RECEITA
3.1	RECEITA DE VENDAS
3.1.1	Vendas a Vista
3.1.2	Vendas a Prazo
3.2	RECEITA DE SERVIÇOS
3.3	(-) DEDUÇÕES DAS VENDAS
3.3.1	(-) Vendas Canceladas
3.3.2	(-) Abatimentos
3.3.3	(-) Impostos Sobre Vendas
3.4	RECEITAS DIVERSAS
3.4.1	Receitas de Aluguéis
3.4.2	Receitas de Comissões
3.4.3	Lucro na Venda de Bens Patrimoniais
3.5	RECEITAS EVENTUAIS
4	DESPESAS
4.1	CUSTOS DAS VENDAS
4.1.1	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS
4.1.2	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

4.2	DESPESAS COM VENDAS
4.2.1	Comissões sobre Vendas
4.2.2	Frete
4.2.3	Seguros
4.2.4	Descontos Concedidos
4.2.5	Despesas de Cobranças
4.2.6	Propaganda e Publicidade
4.2.7	Despesas Diversas com Vendas
4.3	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
4.3.1	Honorários da Diretoria
4.3.2	Salários e Ordenados
4.3.3	Férias
4.3.4	13º Salário
4.3.5	Aviso Prévio e Indenizações
4.3.6	Despesas com Viagens
4.3.7	Aluguéis
4.3.8	Água
4.3.9	Energia Elétrica
4.3.10	Telefone
4.3.11	Material de Escritório
4.3.12	Materiais de Limpeza e Consumo
4.3.13	Depreciação
4.3.14	Impostos e Taxas
4.3.15	Outras Despesas Administrativas
4.4	DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS

4.4.1	Despesas Financeiras
4.4.2	(-) Receitas Financeiras

3.1 RECEITA DE VENDAS

Função

Registrar, em conta específica, as receitas de vendas de mercadorias.

Funcionamento

Debita-se pela apuração do Resultado do Exercício.

Credita-se pela ocorrência da receita, com base nos documentos fiscais emitidos pela empresa.

Saldo credor.

3.3 DEDUÇÕES DAS VENDAS

Função

Registrar, em conta específica, os impostos e contribuições calculados sobre o valor da receita bruta, tais como: SIMPLES NACIONAL, ISS Substituição Tributária, ICMS, ISS, PIS e COFINS, bem como o valor das devoluções de vendas, cancelamento de serviços prestados e os abatimentos concedidos incondicionalmente.

Funcionamento

Debita-se pelo provisionamento dos impostos e contribuições ao final de cada mês.

Credita-se pela apuração do Resultado do Exercício.

Saldo devedor.

4.1 CUSTO DAS VENDAS

Função

Registrar o custo das mercadorias vendidas pela empresa.

Funcionamento

Debita-se pelo custo inventariado das mercadorias, produtos e serviços ou mediante a utilização da fórmula: $\text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$.

Credita-se pela apuração do Resultado do Exercício.

Saldo devedor.

4.2 DESPESAS COM VENDAS

Função

Registrar, em conta específica, as despesas com a atividade comercial da empresa.

Referem-se a comissões, fretes, seguros, descontos concedidos, propaganda, etc.

Funcionamento

Debita-se pelo pagamento e ocorrência da despesa.

Credita-se pela apuração do Resultado do Exercício.

Saldo devedor.

4.3 DESPESAS ADMINISTRATIVAS**Função**

Registrar, em conta específica, as despesas com a estrutura administrativa da empresa, tais como salários e encargos, materiais de consumo, água, luz, telefone, etc.

Debita-se pelo pagamento e ocorrência da despesa.

Credita-se pela apuração do Resultado do Exercício.

Saldo devedor.

4.4.1 DESPESAS FINANCEIRAS**Função**

Registrar, em conta específica, as despesas com encargos financeiros relativos a empréstimos obtidos e juros moratórios.

Funcionamento

Debita-se pelo pagamento e provisão do encargo.

Credita-se pela apuração do Resultado do Exercício.

Saldo devedor.

48**Resumo**

As contas dividem-se em patrimoniais e de resultado. As **Contas Patrimoniais** representam o ativo (bens e direitos), o passivo (obrigações) e o patrimônio líquido.

O **Ativo** representa a totalidade dos bens e direitos da entidade, ou seja, o patrimônio bruto, enquanto o Passivo representa as obrigações da entidade. O **Passivo** identifica as origens dos recursos e o Ativo identifica onde os recursos são aplicados. O **Patrimônio Líquido** representa o capital próprio da empresa, ou seja, as obrigações da empresa para com os sócios ou acionistas.

As **Contas de Resultado** registram as variações patrimoniais e englobam as receitas e as **despesas**, servindo também para determinar o resultado do exercício. As receitas são ingressos de valores provenientes, geralmente, da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços, enquanto que as despesas são gastos efetuados para a entidade manter suas atividades.

Todas as operações ocasionam aumentos e diminuições no ativo, passivo e/ou patrimônio líquido. Esses aumentos e diminuições são efetuados pelos débitos e créditos lançados nas contas. Débito significa

aplicação de recursos e Crédito identifica a origem dos recursos aplicados.

As contas são representadas graficamente em duas colunas. As contas do ativo (bens e direitos) e as despesas, por apresentarem saldos devedores, figuram na mesma coluna (esquerda), enquanto as contas do passivo (obrigações), o patrimônio líquido e as receitas, por apresentarem saldos credores, figuram na mesma coluna (direita). A natureza da conta é que irá determinar o lado a ser utilizado para os aumentos e o lado para as diminuições.

O contador deve planejar a estruturação de suas contas, antes de usá-las, criando um conjunto de contas denominado Plano de Contas. Ele destina-se a orientar o registro das operações, oferecendo a vantagem de uniformizar as contas utilizadas em cada registro.

A rápida evolução da economia tem produzido modificações e aperfeiçoamentos na atividade empresarial. Isso exige a criação de novas contas, o cancelamento de algumas e o desdobramento de outras, de maneira que os registros contábeis acompanhem a evolução dos fatos e permitam a constante atualização dos elementos de informação.

Embora se possa sugerir um Plano de Contas, ele será apenas exemplificativo, uma vez que deverá ser feito um Plano para cada caso específico, já que além do tipo de atividade da entidade em organização, será necessário levar em consideração as suas peculiaridades.

49

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE

MÓDULO 4 – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

1 – OBRIGATORIEDADE DE ESCRITURAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

A importância da Contabilidade para a empresa pode ser comparada ao plano de voo para o piloto. Pilotar uma aeronave, independente do seu tamanho ou dos recursos aeroviários, sem fazer plano de voo, significa assumir o risco de manobras emergenciais, pouso forçado e outras graves consequências que todos sabemos.

Assim como o plano de voo, a Contabilidade oferece aos gestores, ferramenta indispensável, com informação confiável para tomadas de decisões, permitindo ações corretivas, projeções, simulações, bem como análises e conclusões para a correta consecução dos planos de crescimento ou inserção da empresa no cenário do segmento econômico. Essa é a essência da Contabilidade: processo, ferramenta, controles, demonstrações, ou seja, instrumentos de gestão empresarial.

No Brasil, equivocadamente, a escrituração mercantil e as atribuições do contador geralmente são associadas ao pagamento de impostos. Todavia, independente da forma de tributação adotada pela pessoa jurídica, é a contabilidade, por meio das demonstrações, que posiciona o gestor como estão se portando os negócios, qual a rentabilidade, o grau de endividamento, o comportamento das contas a receber e a pagar e a capacidade de solvência. Essas informações antecipam as causas, consequências e alternativas que se dispõem para a correção dos desvios em relação aos planos estabelecidos.

Portanto, é correto afirmar que, quanto mais completo e transparente forem os registros da Contabilidade, mais eficientes serão os diagnósticos, as conclusões, as causas e as soluções propostas.

50

Quanto à obrigatoriedade dos registros e demonstrativos contábeis, o art. 1.179 do Código Civil Brasileiro estabelece que toda sociedade empresária está obrigada a adotar e a seguir um sistema de contabilidade, ainda que de forma simplificada. O Contador está vinculado a cumprir essa norma porque depende dos livros mercantis devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos, para constituição de provas perante terceiros e assim eximir-se de eventuais responsabilidades em demandas administrativas ou judiciais.

A Lei Complementar nº 123/06, assim como o Regulamento do Imposto de Renda e as Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional, estabelecem que as empresas enquadradas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte devem manter em boa ordem os documentos que embasam os cálculos dos tributos e contribuições, ainda que adote escrituração simplificada, a fim de permitir a correta aferição dos recolhimentos realizados a título de Simples Nacional.

Ainda que sejam dispensados pela legislação fiscal e tributária, a adoção de registros contábeis, elaborados a partir dos livros Diário e Razão, é considerada imprescindível, pelas razões já expostas, além de outras como exigências para inserção no mercado internacional, elaboração de plano especial de recuperação judicial e obtenção de crédito e exigências relacionadas às suas necessidades de crescimento.

As normas acerca das providências a cargo do contabilista quanto às demonstrações contábeis e à vista das disposições do RIR/99, exige que sejam elaborados o Livro Diário, e Livro Razão e pelo menos o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

No caso das grandes corporações, os demonstrativos contábeis são regulamentados pela Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. O art. nº 176 dessa lei os demonstrativos obrigatórios:

Balanço Patrimonial;

Demonstração de Resultado do Exercício;

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;

Demonstração dos Fluxos de Caixa; e

se companhia aberta, Demonstração do Valor Adicionado.

Veremos cada demonstrativo nos tópicos seguintes, com informações adicionais sobre a obrigatoriedade, elaboração e publicação.

51

2- BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. É uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio da qual podemos apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da Entidade.

Segundo a Lei das S/A é composto de duas colunas:

Na coluna da esquerda (à esquerda de quem olha para o Balanço Patrimonial), ou coluna do Ativo, são apresentadas as contas referentes aos bens e direitos da entidade e seus respectivos valores.

“Lei das S/A – A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou abreviadamente, vedada à utilização da primeira ao final”.

Para Carvalho de Mendonça, citado por Amador Paes de Almeida, a sociedade anônima "é aquela em que todos os sócios, denominados acionistas ou acionários, respondem pelas obrigações sociais até o valor em que entraram ou prometeram entrar para a formação do capital social" (Manual das Sociedades Comerciais, São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 1979, p. 181).

Na coluna da direita, ou coluna do Passivo, são apresentadas as contas referentes às obrigações da entidade e também ao seu patrimônio líquido, bem como os valores correspondentes.

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
(Bens e direitos)	(Obrigações)

Representação Gráfica do Patrimônio

Bens + Direitos Obrigações Exigíveis	
Bens	Obrigações
Caixa	Empréstimos a Pagar
Mercadorias em Estoques	Salários a Pagar
Veículos	Fornecedores (Duplicatas a pagar)
Imóveis	Financiamentos
Máquinas	Impostos a Pagar
Ferramentas	Encargos Sociais a Pagar
Móveis e Utensílios	Aluguéis a Pagar
Marcas e Patentes	Títulos a Pagar
	Promissórias a Pagar
	Contas a Pagar
Direitos	
Depósitos em Bancos	
Duplicatas a Receber	
Títulos a Receber	
Aluguéis a Receber	
Ações	

A **Lei das S/A** considera o Patrimônio Líquido como parte integrante do passivo. Todavia, o passivo representa as obrigações exigíveis, ou seja, as obrigações com terceiros, enquanto que o Patrimônio Líquido representa as obrigações não exigíveis, ou seja, as obrigações com os proprietários.

52

Pode-se ver o balanço patrimonial de maneira mais simples:

Balanço Patrimonial	
Esquerda	Direita
Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido



Ativo	<p>São todos os bens e direitos de propriedade da empresa, avaliáveis em dinheiro, que representam benefícios presentes ou futuros.</p> <p>É o conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa. São os itens positivos do patrimônio que trazem benefícios, proporcionam ganho para a empresa.</p>
-------	--

Passivo significa as obrigações exigíveis da empresa, ou seja, as dívidas que serão cobradas, reclamadas a partir da data do seu vencimento. É denominado também passivo exigível, procurando-se neste caso dar mais ênfase ao aspecto exigibilidade.

53

Patrimônio Líquido – evidencia os recursos dos proprietários que são aplicados no empreendimento. Ao investimento inicial denominamos **Capital Social**. Caracteriza-se por não **ser exigível**. É denominado de **Capital Próprio**.

O Patrimônio Líquido aumenta a partir de:

- a) novos investimentos efetivados pelos acionistas;
- b) resultado da atividade operacional (lucro).

O **lucro** pertence aos proprietários. É a remuneração do capital investido, embora não seja totalmente retirado da empresa. Após a apuração do lucro ocorre sua destinação:

Distribuído para os proprietários na forma de dividendos;

Reinvestido na empresa.

54

O Balanço Patrimonial é representado desta forma:

Ativo	Passivo
<p>Ativo Circulante</p> <p>Compreende contas que estão constantemente em giro – em movimento. Podem ser convertidos em dinheiro, no máximo, até o final do exercício seguinte.</p>	<p>Passivo Circulante</p> <p>Compreende as obrigações vencíveis até o final do exercício seguinte.</p>
<p>Ativo Não Circulante</p> <p>Realizável a Longo Prazo Incluem-se nesse grupo os bens e direitos que se transformarão em dinheiro após o final do exercício seguinte. Geralmente se referem a operações não usuais da empresa.</p> <p>Investimentos Classificam-se nesse grupo as participações permanentes em outras sociedades e direitos não classificáveis no ativo circulante que não se destinem a manutenção da atividade da companhia.</p> <p>Imobilizado Refere-se aos bens e direitos destinados à produção/manutenção da atividade da companhia ou são exercidos com essa finalidade.</p> <p>Intangível Refere-se aos bens incorpóreos como marcas, patentes, softwares e fundo de comércio.</p>	<p>Passivo Não Circulante</p> <p>Exigível a Longo Prazo Refere-se às obrigações vencíveis após o exercício seguinte</p> <p>Patrimônio Líquido São recursos dos proprietários aplicados na empresa (também chamados de capital próprio). Os recursos são representados pelo capital e reservas acrescido dos lucros obtidos e não distribuídos.</p>

É importante destacar que o Balanço Patrimonial é uma demonstração estática. Reflete o saldo das contas em determinado momento (normalmente 31/12 de cada ano), sem, contudo explicar o que ocasionou a variação destes saldos de um exercício financeiro para outro.

Existem empresas que apresentam um ciclo operacional curto (supermercado), outras com um ciclo operacional um pouco maior (indústria naval, construção civil) e outras, nas quais este ciclo é bastante longo, como no caso da atividade pecuária (quatro anos). Pela Lei das S/A, se o Ciclo Operacional de

uma empresa for superior a um ano, para a classificação de contas no Balanço Patrimonial, passa a ser considerado este ciclo como curto prazo.

A regra geral é: considera-se curto prazo o período de 12 meses ou o Ciclo Operacional, valendo o maior.

Ciclo Operacional

Ciclo Operacional é o período de tempo que uma indústria, por exemplo, leva para produzir seu estoque, vendê-lo e receber as duplicatas geradas na venda, entrando no caixa. É o ciclo produzir/vender/receber.

55

Vejamos um exemplo prático de Balanço Patrimonial:

Balanços Patrimoniais em 31 Dezembro					
Em milhares de reais					
Ativo Circulante	Cosolidado		Passivo e Patrimônio	Cosolidado	
	2008	2007	Líquido Circulante	2008	2007
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	244.588	173.682	Fornecedores	560.175	502.389
Contas a receber (Nota 5)	43.550	66.321	Financiamentos (Nota 13)	239.228	170.104
Estoques (Nota 6)	437.978	365.696	Provisão para férias, bônus e encargos sociais	34.358	26.849
Tributos a recuperar (Nota 7)	18.354	27.173	Impostos a recolher (Nota 14)	40.053	24.187
Despesas do exercício seguinte	713	2.543	Dividendos e juros sobre o	12.519	1.439
Outros créditos (Nota 8)	23.669	6.086	capital próprio (Nota 16(c))	84.278	27.673
	768.852	641.774	Outras obrigações	970.611	752.641
Não Circulante			Não Circulante		
Tributos diferidos (Nota 17)	21.262	17.242	Financiamentos (Nota 13)	2.234	
Tributos a recuperar (Nota 7)	7.361	6.319	Provisão para contingências (Nota 15)	33.207	29.468
Depósitos judiciais (Nota 15)	29.431	26.939		35.441	29.468
Outros Créditos (Nota 8)	14.788	17.405	Patrimônio Líquido (Nota 16)		
	72.842	67.905	Capital social	221.902	221.902
Investimentos (Nota 10)	568.363	417.368	Reserva de lucros	203.128	145.645
Imobilizado (Nota 11)	21.025	22.609		425.030	367.547
Intangível (Nota 12)	662.230	507.882	Total do Passivo e	1.431.082	1.149.656
Total do ativo	1.431.082	1.149.656	Patrimônio Líquido		

O Balanço apresentado permite extrair algumas informações relevantes sobre a empresa. Vejamos:

- Os valores são apresentados em milhares de reais e em duas colunas para fins de comparação.

- O ativo circulante da empresa, ou seja, os recursos aplicados conversíveis em dinheiro no curto prazo, aumentaram de R\$ 641,7 milhões para R\$ 768,8 milhões.

- As obrigações de curto prazo são maiores do que os bens e direitos registrados no ativo circulante. Isso indica que a empresa poderá ter problemas para pagar suas obrigações.

- A empresa trabalha com elevados níveis de estoques, coerente com a sua atividade principal (atacadista).

- As principais obrigações da empresa são devidas aos fornecedores e instituições financeiras.

- As obrigações da empresa equivalem a duas vezes o seu capital próprio, ou seja, patrimônio líquido.

- A empresa apresentou lucro em 2008, pois a conta de reserva de lucros aumentou em relação a 2007.

- Algumas contas apresentam um "número de nota", indicando que o Balanço foi publicado com notas explicativas para as respectivas contas. Analisaremos algumas dessas notas posteriormente.

Observe que as informações que podem ser obtidas no Balanço Patrimonial não são definitivas, ou seja, parecem mais indagações, pois esse demonstrativo representa apenas uma "fotografia" da empresa na data do Balanço. Veremos adiante outros demonstrativos e teremos a oportunidade de conhecer melhor a empresa (revelando o seu nome posteriormente).

56

3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

A cada exercício social (normalmente, um ano) a empresa deve apurar o resultado dos seus negócios. Para saber se obteve lucro ou prejuízo, a contabilidade confronta a receita (vendas) com as despesas. Se a receita foi maior que a despesa, a empresa teve lucro, se a receita foi menor que a despesa, teve prejuízo.

A **Receita** corresponde, em geral, a vendas de mercadorias ou prestações de serviços. Ela é refletida no balanço através da entrada de dinheiro no Caixa (Receita à Vista) ou entrada em forma de direitos a receber (Receita a Prazo) – Duplicatas a Receber.

A **Despesa** é todo sacrifício, todo esforço da empresa para obter Receita (todo consumo de bens ou serviços com o objetivo de obter Receita). É um sacrifício, um esforço para a empresa. Ela é refletida no balanço por meio de uma redução do Caixa (quando é paga no ato – à vista) ou mediante um aumento de uma dívida – Passivo (quando a despesa será paga no futuro – a prazo).

A despesa pode, ainda, originar-se de outras reduções de Ativo (além do caixa), como é o caso de desgastes de máquinas (depreciação) e outros.

OPERAÇÕES	A PRAZO	À VISTA
Receita →	+ Dupl. a Receber Ativo	(+) Caixa (encaixe) Ativo
Despesa →	+ Dupl. a Pagar Passivo	(-) Caixa (desembolso) Ativo
Demonstração de Resultado	Balanço Patrimonial	

57

Estrutura da DRE

A **DRE** é o relatório contábil que tem a finalidade de demonstrar o Resultado (lucro ou prejuízo) do período, bem como, em detalhes, como chegar ao referido Resultado.

A preocupação na elaboração de um Relatório Contábil é a riqueza de detalhes, sem complicações, no sentido de propiciar um maior número de informações para a tomada de decisões. As parcelas dedutivas (subtrativas) são agrupadas de acordo com suas características.

DRE é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses), sendo apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o Resultado (lucro ou prejuízo).

Observe que, enquanto o Balanço Patrimonial é uma demonstração estática (posição em determinada data) a Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dinâmica (somatório das receitas e despesas ocorridas entre 01/01 e 31/12).

É **importante** lembrar que um dos princípios contábeis que regem a apuração do resultado é o da Competência do Exercício. Em decorrência deste princípio as receitas e despesas são contabilizadas na ocorrência do fato gerador, independentemente do recebimento da receita e do pagamento da despesa. Ou seja, ter lucro não significa ter dinheiro.

Se a empresa efetua vendas a prazo em janeiro para receber em 90 dias, o reconhecimento da receita (fato gerador) e um acréscimo em duplicatas a receber ocorrem em janeiro. Desta forma, esta receita irá proporcionar um lucro em janeiro que se converterá em dinheiro somente dentro de 90 dias (fator caixa).



Da mesma forma, temos também na DRE despesas que somente serão pagas em outro momento, mas que influenciaram na apuração do lucro. É importante lembrar que algumas despesas não representam para a empresa sacrifícios financeiros, mas reduzem o lucro. É o caso, por exemplo, das depreciações, amortizações, exaustões e do resultado da equivalência patrimonial.

58

O que pretendemos destacar é que **lucro** é resultado econômico, **não representa necessariamente dinheiro**.

Vamos fazer uma analogia. Você trabalhou em janeiro (fato gerador do seu direito de receber o salário), contudo a empresa irá pagar seu salário somente no quinto dia útil do mês subsequente. Você teve uma receita em janeiro (irá proporcionar um lucro) que somente será recebido financeiramente em fevereiro.

Mas, ainda, você estava devendo o cheque especial, e ao entrar o depósito do salário este não foi suficiente para cobrir o saldo devedor. Apesar do lucro você continua com uma situação financeira negativa.

A estrutura de uma DRE completa e os principais grupos são:

**59**

Como apurar a receita líquida

A **Receita Bruta** é o total bruto vendido no período. Nela estão inclusos os impostos sobre vendas (os quais pertencem ao governo) e dela não foram subtraídas as devoluções (vendas canceladas) e os abatimentos (descontos) ocorridos no período.

Impostos e Taxas sobre vendas são aqueles gerados no momento da venda; variam proporcionalmente à venda, ou seja, quanto maior for o total de vendas, maior será o imposto. São os mais comuns:

Sigla	Nome do Imposto
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados (federal).
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (estadual).
ISS	Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (municipal).
PIS	Programa de Integração Social - taxa sobre o faturamento (federal).
COFINS	Contribuição para a Seguridade Social.

<div> Receita Bruta (-) Deduções <hr/> Receita Líquida </div>

Exemplo do cálculo da Receita Líquida

Nota Fiscal _____ Cia. Balanceada	
Preço do Produto	
10.000 + IPI (30%)	
3.000	
Preço Total	13.000
ICMS incluso no Preço 18% x \$ 10.000 = \$ 1.800	

Receita Bruta	\$ 13.000
(-) Deduções	\$ (4.800)
IPI \$ (3.000)	
ICMS \$ (1.800)	
Receita Líquida	\$ 8.200

Exemplo do cálculo da Receita Líquida

Admita-se, como exemplo, que a indústria Cia. Balanceada tenha emitido uma nota fiscal de venda cujo preço do produto seja de \$ 10.000 mais 30% de IPI. O ICMS está incluso no preço do produto:

Como apurar o lucro bruto

Entende-se por **lucro bruto** a diferença entre a Receita Líquida e o Custo da Mercadoria Vendida ou do Serviço Prestado.

Antes de continuarmos vamos identificar a diferença entre **despesa** e **custo**.

Exemplo de **diferenciação no tratamento de custo e despesa**.

Em uma indústria, custo significa todos os gastos na fábrica (produção): matéria-prima, mão de obra, energia elétrica, manutenção, embalagem etc. Despesa significa os gastos no escritório, seja na administração, seja no departamento de vendas, seja no departamento de finanças.



Como apurar o Lucro Operacional

Lucro Operacional é a diferença entre o Lucro Bruto e as Despesas Operacionais, que são as despesas necessárias para vender os produtos, administrar a empresa e financiar as operações. Enfim, são todas as despesas que contribuem para a manutenção da atividade operacional da empresa.

Os principais grupos de Despesas operacionais são:

- a) **Despesas de vendas** – abrangem desde a promoção do produto até sua colocação junto ao consumidor (comercialização e distribuição). São despesas com o pessoal da área de venda, comissões sobre vendas, propaganda e publicidade, marketing, estimativa de perdas com duplicatas derivadas de vendas a prazo (provisão para devedores duvidosos) etc.
- b) **Despesas administrativas** – são aquelas necessárias para administrar (dirigir) a empresa. De maneira geral, são gastos nos escritórios que visam à direção ou à gestão da empresa.

Pode-se citar como exemplos: honorários administrativos, salários e encargos sociais do pessoal administrativo, aluguéis de escritórios, materiais de escritório, seguro de escritório, depreciação de móveis e utensílios, assinaturas de jornais etc.

c) **Despesas financeiras** – são as remunerações aos capitais de terceiros, tais como: juros pagos ou incorridos, comissões bancárias, correção monetária prefixada sobre empréstimos, descontos concedidos, juros de mora pagos etc.

62

Como calcular o Imposto de Renda

O Imposto de Renda não é calculado sobre o lucro contábil (Lucro Antes do Imposto de Renda – LAIR), mas sim sobre o Lucro Ajustado conforme a legislação do Imposto de Renda, e que se denomina Lucro Real.

Para cálculo do Lucro Real, o LAIR é levado para um livro não contábil reservado exclusivamente para fins fiscais, conhecido como LALUR, isto é, Livro de Apuração do Lucro Real mantido pela empresa para atender a Legislação do Imposto de Renda.

No LALUR o lucro contábil sofrerá alguns ajustes, passando para lucro fiscal (ou tributário) e servindo de base para cálculo do Imposto de Renda.

Junto com o Imposto de Renda também é calculada a Contribuição Social, que é uma taxa sobre o lucro para o governo atender ao auxílio-desemprego e outras finalidades sociais.

Vale lembrar que as pequenas e médias empresas (receita bruta total estabelecida em lei) poderão pagar **imposto de renda sobre o lucro presumido**. Essas empresas deixam de calcular o imposto sobre o lucro real, presumindo o lucro a partir das receitas. Os percentuais de lucro e impostos são estabelecidos e aplicados sobre a receita auferida, variando conforme a faixa de receita e atividade empresarial.

Vejamos um exemplo prático de Demonstração de Resultado do Exercício:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	Consolidado	
	2008	2007
Receita bruta de vendas	4.991.437	4.576.856
Impostos e deduções sobre as vendas	(640.719)	(612.657)
Receita líquida	4.350.718	3.964.199
Custo das mercadorias vendidas	(3.731.788)	(3.418.791)
Lucro bruto	618.930	545.408
Despesas/receitas operacionais		
Com pessoal	(177.209)	(151.602)
Aluguel, depreciação e amortização	(73.161)	(65.083)
Com promoções	(43.358)	(29.880)
Gerais	(178.115)	(157.720)
Outras receitas/despesas operacionais	(185)	(694)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	146.902	140.429
Receitas financeiras	19.344	15.749
Despesas financeiras	(38.308)	(38.086)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	127.938	118.092
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	(28.342)	(25.829)
Lucro líquido do exercício	99.596	92.263

A Demonstração de Resultado apresenta os valores de receitas e despesas obtidas durante o exercício contábil.

63

Como apurar o lucro líquido:

Lucro Depois do Imposto de Renda
 (-) Doações e Contribuições
 (-) Participações

Lucro Líquido

O **lucro líquido** é a sobra líquida à disposição dos proprietários (sócios ou acionistas). Conforme estudado anteriormente, o lucro pertence ao proprietário da empresa, é a remuneração do capital investido. Contudo, o proprietário não pode retirar todo o lucro da empresa, uma parte é distribuída aos acionistas/proprietários na forma de dividendos e o restante é retido na empresa na forma reservas de lucros, conta de patrimônio líquido.

4 - DLPA E A DMPL

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é obrigatória para as empresas; todavia, deverá ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) no caso das Companhias Abertas, conforme exigência da Comissão de Valores Mobiliários.

A **DLPA** evidencia a distribuição do lucro. Tem a finalidade de realizar a interligação da Demonstração do Resultado do Exercício com o Balanço Patrimonial, uma vez que o lucro apurado na DRE retorna ao BP na forma de dividendos (passivo circulante) ou lucros retidos (patrimônio líquido).



O **Balanço Patrimonial**, como se pode constatar é uma demonstração estática, onde são evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido em uma determinada data.

Podemos verificar os saldos que a empresa tinha no início e no final do período, sem, contudo sabermos as razões das variações.

A **Demonstração do Resultado do Exercício** – a DRE é uma demonstração dinâmica que informa os resultados das operações ocorridas ao longo de um determinado período. Podemos observar o total de vendas ocorrido ao longo de um período, bem como o total de despesas. Não é uma situação estática de um momento, mas o somatório de todas as operações (Receitas e Despesas) no período em análise.

O **Lucro Líquido Apurado na Demonstração do Resultado do Exercício** pertence aos proprietários da empresa. Contudo não é totalmente retirado da mesma:

- Parte é distribuída aos proprietários na forma de dividendos, remunerando o capital investido;
- Parte é reaplicada na empresa, no sentido de fortalecer o Capital Próprio. Esta parcela é conhecida como lucro retido (não distribuído).

Pode-se concluir que o lucro apurado na DRE irá então para o BP, uma parte para o passivo (dividendos a pagar) e outra parte para o Patrimônio Líquido (lucro retido).

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar representam uma destinação do lucro do exercício, dos lucros acumulados ou de reservas de lucros aos acionistas da companhia.

Lucro retido

Lucro retido é assim designado quando não é distribuído na forma de dividendos, permanecendo na empresa como reservas de lucros ou lucros acumulados.

66

O trajeto do lucro da DRE até o Balanço Patrimonial sofre tradicionalmente algumas transformações que devem ser explicadas às pessoas que utilizam os relatórios contábeis.

Uma das transformações é que o lucro retido (não distribuído) poderá receber uma destinação específica, como, por exemplo, ser utilizado especificamente para expansão da fábrica.

Podem existir, também, saldos remanescentes de lucros de anos anteriores, escriturados pela contabilidade, que não foram canalizados para fins específicos e nem foram utilizados para aumento de capital. Neste caso, em nível de escrituração, apenas somaríamos as sobras dos anos anteriores ao lucro do exercício atual, surgindo a expressão contábil **Reserva de Lucros**.

Assim, após apurar o lucro do exercício, soma-se ao remanescente já existente, fazem-se as destinações específicas, distribui-se em forma de dividendos e dá-se outros tratamentos, tudo num mesmo relatório conhecido como **Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados**, que serve de interligação entre o BP e a DRE.



Estrutura da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados:

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	
Cia. Exemplo	Em \$ mil
Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-x0	
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores	
(+) Reversões de Reservas	
(+) Lucro Líquido do Exercício x1	
Lucro Total Disponível	
(-) Proposta da Administração para destinação do Lucro	
Reserva Legal	
Reserva Estatutária	
Reserva para Contingência	
Reserva Orçamentária (para expansão)	
Reserva de Lucros a Realizar	
Saldo de Lucros Acumulados em 31-12-x1	

67

Após a apuração do montante disponível do lucro, será destacada a proposta dos órgãos da administração da companhia, apresentada aos acionistas (Assembleia Geral), sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do Exercício, que é o lucro do período apurado na demonstração do resultado do exercício.

Os órgãos administrativos, da proposta sobre a destinação do lucro apresentado da DLPA, constituem reservas, baseando-se nos estatutos da empresa e na Lei das Sociedades por Ações. Essas reservas originadas do Lucro Líquido do Exercício são denominadas Reservas de Lucros.

**5 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**

É a demonstração contábil que indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. Também é conhecida como Demonstração do Fluxo do Disponível.

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) tem a finalidade de auxiliar o planejamento financeiro da empresa, antecipando quando a empresa precisará de um financiamento, ou quando a empresa terá, mesmo que temporariamente, sobra de recursos para aplicar no mercado financeiro.

Este demonstrativo possibilita verificar o desempenho financeiro no período e auxilia na elaboração de uma boa projeção do Fluxo de Caixa para o futuro (próxima semana, próximo mês, próximo trimestre, etc.). A comparação do Fluxo Projetado com o real vem indicar as variações que, quase sempre, demonstram as deficiências nas projeções. Estas variações são excelentes subsídios para aperfeiçoamento de novas projeções de Fluxos de Caixa.

Vejamos um exemplo prático de Demonstração de Fluxo de Caixa:

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXO DE CAIXA		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
Em milhares de reais		
	Consolidado	
	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	127.938	118.092
Ajustes		
Depreciação e amortização	46.926	42.035
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.192	2.395
Resultado da equivalência patrimonial		
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	27.829	19.767
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	22.771	(11.988)
Estoques	(72.009)	(36.768)
Tributos a recuperar	7.777	35.757
Outros ativos	(19.046)	(3.884)
Fornecedores	57.786	(10.143)
Salários e encargos sociais	7.509	2.200
Tributos a pagar	11.361	5.818
Outros passivos	58.732	10.222
Caixa proveniente das operações	278.766	173.503
Juros pagos	(1.437)	(20.189)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.836)	(50.083)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	253.493	103.231
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(194.811)	(71.600)
Aquisições de ativo intangível	(2.702)	(16.283)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(197.513)	(87.883)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos	(230.370)	(3.654.164)
Ingressos de empréstimos	276.330	3.760.497
Dividendos pagos	(31.034)	(71.758)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	14.926	34.575
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	70.906	49.923
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	173.682	123.759
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	244.588	173.682

Observe que a DFC permite verificarmos importantes decisões financeiras da empresa, tais como aquisições de imobilizado, amortização e ingresso de empréstimos.

68

6 – DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição. Essa riqueza gerada pela empresa, medida no conceito de valor adicionado, é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e o dos bens e serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa.

Obviamente, por se tratar de um demonstrativo contábil, suas informações devem ser extraídas da escrituração, com base nas Normas Contábeis vigentes e no Princípio Contábil da Competência.

A utilização do DVA como ferramenta gerencial pode ser resumida da seguinte forma:

- 1) como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas, e
- 2) como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do Governo, dos Agentes Financiadores e dos Acionistas.

O valor adicionado demonstra, ainda, a efetiva contribuição da empresa, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção.

Modelo de DVA

Demonstração do Valor Adicionado		
Cia. Exemplo		
em R\$ mil	2008	2009
DESCRIÇÃO		
1-RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)		

1.3) Não operacionais		
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-Primas consumidas		
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5 –VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.		

Resumo

As operações realizadas pela empresa são registradas em seus livros contábeis (Livro Diário e Livro Razão) e resumidas, geralmente no final de cada ano, em demonstrativos que indicam a sua situação econômica e financeira.

O Balanço Patrimonial apresenta os bens, direitos e obrigações da empresa em determinada data. Por isso é considerada uma demonstração estática. A comparação com ano anterior é possível porque o Balanço deve ser apresentado em duas colunas, facilitando a análise das mudanças ocorridas no período.

A Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) demonstra a atividade operacional da empresa, apresentando o resultado final do exercício (lucro ou prejuízo), discriminando todas as contas de receitas e despesas. Trata-se de um relatório dinâmico, pois indica os valores acumulados do período. Esse relatório também deve ser apresentado em duas colunas para facilitar a comparação das variações ocorridas nos dois períodos em análise.

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é o relatório contábil que evidencia o lucro/prejuízo apurado no exercício e sua destinação. Esse demonstrativo pode ser substituído pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), que apresenta as variações ocorridas em todas as contas do Patrimônio Líquido.

A Demonstração do Fluxo de Caixa indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. Trata-se de um demonstrativo de grande utilidade para avaliar o desempenho financeiro da empresa e auxiliar na avaliação de necessidades futuras de recursos.

A Demonstração do Valor Adicionado tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela entidade, e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração. O Valor Adicionado pode ser definido como a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Tais esforços são, em geral, os investidores que fornecem o capital, os financiadores que emprestam os recursos, os empregados que fornecem a mão de obra, e o governo que fornece a infraestrutura e os serviços de apoio.

O Conjunto de demonstrativos contábeis permite uma visão relativamente ampla sobre as atividades da empresa e a quantificação dos resultados. Vale lembrar que, além dos demonstrativos estudados neste módulo, as empresas incluem ainda o Relatório da Diretoria e notas explicativas às demonstrações financeiras. Esses relatórios serão objeto de estudo oportunamente.

